

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: setembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Orçamento prevê gasto recorde com Bolsa-Família e servidores – Edna Simão - Estado de São Paulo – Nacional – 02/09/2009.....	4
“A Embrapa jamais será ideológica. – Luciana Franco - Globo Rural – setembro 2009	5
Bolsa Família impulsiona acesso a políticas públicas Sítio eletrônico do MDS – 04/09/2009.....	8
O divórcio dos índices – Marcelo Garcia – O Globo – Opinião – 08/09/2009	9
Só demarca Quem é dono – CíceroAlvesdaCosta – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/09/2009.....	10
CNA: PIB mostra que choro da agricultura não é birra – Sítio eletrônico da CNA – 11/09/2009.....	12
Acompanhamento da agenda de saúde do Bolsa Família aumenta 51% em dois anos – Sítio Eletrônico do MDS – 14/09/2009	13
Só Norte eleva a renda agrícola neste ano – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/09/2009.....	15
Preços tendem a alta, mesmo com supersafra – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/09/2009.....	16
Lula festeja fim da crise e afirma que Bolsa Família ajudou economia – Chico de Gois – O Globo – Economia – 16/09/2009	16
MDS começa a pagar reajuste do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 17/09/2009.....	17
MDS começa a pagar reajuste do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 17/09/2009.....	19
Desigualdade cai; renda e emprego avançam – Antonio Gois – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/09/2009.....	22
3,8 mi deixam pobreza com alta do emprego – Antonio Gois – □Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/09/2009.....	23
Desníveis regionais marcam pesquisa – João Saboia – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/08/2009.....	24
Mais emprego, educação de menos – Cássia Almeida, Henrique Gomes Batista e Luciana Casemiro – O Globo – Economia – 19/09/2009.....	25
Trabalho infantil cai, mas estão no mercado 4,5 milhões de crianças – Cássia Almeida e Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 19/09/2009	26
Quase 4 milhões saíram da pobreza no Brasil – Henrique Gomes Batista, Cássia Almeida e Letícia Lins – O Globo – Economia – 19/09/2009	27
Fosso na educação – O Globo – Opinião – 22/09/2009.....	28
Desigualdade caiu menos com entrada no mercado de trabalhador sem renda - Cássia Almeida – O Globo – Economia – 22/09/2009.....	29
Em 5 anos, 19 milhões saem da pobreza – Valor econômico – Brasil – 22/09/2009 .	30
Crise gera queda de postos de trabalho no setor rural – Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios – 24/09/2009.....	31
Alagoas é o Estado que mais depende de benefício, diz FGV – Alexandra Bicca – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/09/2009.....	32
Bolsa Família ignora adesão à escola de 23% dos jovens – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 28/09/2009	32
Ministério bloqueia repasses para atualizar dados – Folha de São Paulo – Brasil – 28/09/2009.....	34

Miséria sobrevive à soja e ao turismo do Jalapão – César Felício – Valor Econômico – Especial – 28/09/2009	34
Quilombo reage com indiferença à cassação – César Felício – Valor Econômico – Especial – 28/09/2009	36

Orçamento prevê gasto recorde com Bolsa-Família e servidores – Edna Simão - Estado de São Paulo – Nacional – 02/09/2009

Recorde de gastos com custeio da máquina pública e a maior promessa de investimentos da história do governo. Essas são as duas grandes marcas do Orçamento da União para 2010, o ano eleitoral da sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sinal do aumento de gastos é a mudança no critério de seleção das pessoas atendidas pelo Bolsa-Família, que incorporou 1,7 milhão de novas famílias.

Já o pulo na promessa de investimentos é o maior dos últimos três Orçamentos. Entre 2007 e 2008, os investimentos cresceram R\$ 900 milhões. Na comparação deste ano com 2010, o governo promete elevar os investimentos em mais R\$ 8,1 bilhões, passando de R\$ 37,9 bilhões para R\$ 46 bilhões.

O total de investimentos costuma ser promessa que fica em grande parte no papel. O dinheiro não é liberado e acaba contabilizado como restos a pagar nos anos seguintes, isso quando chega a ser empenhado e o serviço ou a obra de fato são contratados. Até agosto deste ano, por exemplo, segundo a organização não-governamental Contas Abertas, apenas 35% (R\$ 7,7 bilhões) do orçamento total do PAC da infraestrutura logística (R\$ 21,9 bilhões) foram aplicados. Desses R\$ 7,7 bilhões gastos, 73% (R\$ 5,7 bilhões) foram restos a pagar herdados dos anos anteriores.

No caso do Bolsa-Família, o número de famílias de 2006 a 2009 ficou estável, na casa dos 11 milhões. O custeio oscilou de R\$ 10,5 bilhões, em 2008, para R\$ 11,4 bilhões neste ano. Mas para o ano eleitoral de 2010, esse custeio vai atingir R\$ 13,1 bilhões e o número de famílias atendidas deve alcançar 12,7 milhões.

A justificativa é que o governo decidiu aumentar para R\$ 137 per capita a linha de renda usada para determinar os beneficiários do programa. Até então o limite era de R\$ 120 per capita. Também neste ano, os benefícios foram reajustados em 10%, elevando a média paga por família de R\$ 85 para R\$ 93,50. Os novos valores entram em vigor a partir deste mês.

O gasto com pagamento de salários de servidores vai atingir 5,09% do Produto Interno Bruto em 2010 - R\$ 169,4 bilhões -, ano em que o crescimento econômico programado será de 4,5%. Em 2009, a previsão é de que o gasto com pessoal fique em 5,11%. Neste caso, porém, o valor é ligeiramente maior que o previsto para o próximo ano, porque a economia deve ter expansão de 1%.

Só na década de 90, o gasto com pessoal chegou à marca dos 5% do PIB. Pelo Orçamento de 2010, os reajustes de servidores negociados até o momento estão garantidos. Novos pedidos de reajuste, no entanto, dificilmente serão contemplados.

BOMBA-RELÓGIO

"Acho que tem muita gente que critica porque não gosta do Bolsa-Família. Não quer aumento do salário. Quando Lula assumiu, entendíamos que a máquina foi sucateada, que os salários foram arrojados. Tem gente de visão diferente. E, ao invés de dizer que é contra Bolsa-Família e aumento do salário, fica dizendo que o governo está montando uma bomba-relógio. É um equívoco muito grande", criticou o ministro do

Planejamento,

Paulo

Bernardo.

Na avaliação do ministro, as contas estão equilibradas. "Essa questão macroeconômica não pode ser misturada com as eleições", disse. Toda a expansão das despesas será bancada, segundo Bernardo, com o aumento da arrecadação de impostos gerado pela recuperação da economia brasileira em 2010. "Estamos otimistas de que vai ter um aumento da receita no ano que vem. Mas nós não vamos tirar o pé da lama, não vamos arrebentar a boca do balão."

Para o programa Minha Casa, Minha Vida, o governo vai destinar R\$ 7,26 bilhões, subsidiando a casa própria para famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos. A ideia do programa é construir 1 milhão de moradias. Neste ano, estava prevista a liberação de R\$ 6 bilhões para o programa, o que até o momento não aconteceu.

Para o PAC, o governo destinará R\$ 23,44 bilhões, a metade dos investimentos da União para o período.

“A Embrapa jamais será ideológica. – Luciana Franco - Globo Rural – setembro 2009

A empresa é plural, assim como o Brasil“

Pedro Arraes assume a Embrapa e elege três programas como prioridade de pesquisa: o combate ao fungo da ferrugem da soja, novas alternativas de matéria-prima para adubo e recuperação de áreas degradadas

Na Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária desde 1976, Pedro Arraes teve uma visão privilegiada do crescimento da empresa. Como pesquisador, trabalhou na área de microbiologia de solo e teve uma formação - que ele mesmo considera - eclética. Afinal, depois de ingressar na unidade Arroz e Feijão, foi, em 1983, fazer mestrado em melhoramento e genética de plantas em Wisconsin, nos Estados Unidos. Lá ele também concluiu o doutorado e participou da equipe que fez o mapa genético do feijão. De volta ao Brasil montou um dos primeiros laboratórios em genética molecular da empresa.

Arraes acaba de ser nomeado diretor-presidente da Embrapa. Escolhido para o cargo por atender requisitos de excelência acadêmica e por sua experiência em gestão na unidade Arroz e Feijão, Arraes se mostra preocupado em como vai ampliar a eficiência da instituição nos próximos 20 anos. Ele contou à revista quais são as prioridades de sua gestão para atingir este fim.

GLOBO RURAL - O que o senhor acha prioritário em termos de pesquisa no Brasil?

PEDRO ARRAES - A Embrapa é uma empresa muito consolidada e se parece com um transatlântico. Portanto, se você faz uma mudança aqui somente 500 quilômetros adiante é que você vai enxergar um novo rumo. Acredito que não é bom mudar muito, se não o transatlântico acaba afundando. Então vamos manter o portfolio de pesquisa que temos, mas existem algumas áreas que tenho colocado como muito importantes.

GR - *Quais são essas áreas?*

PEDRO - Queremos recuperar terras degradadas. Ainda há muita coisa a ser feita, como, por exemplo, elaborar indicadores de sustentabilidade que mostram quando uma área está ou não degradada. Uma pastagem degradada não fixa nada de carbono. Existem 23 centros da Embrapa envolvidos com projetos nessa área nos diversos biomas. Cerca de 2 milhões de hectares foram recuperados recentemente. As ações brasileiras precisam ainda atender à questão da conferência de Copenhague (conferência mundial sobre mudanças climáticas que será realizada em dezembro para discutir o tratado que substituirá o Protocolo de Quioto). Vamos levar a questão do carbono para a conferência, porque alguém tem de pagar essa conta. Se dizem para não botarmos fogo, não vamos botar, mas há um custo. Podemos adotar as práticas sustentáveis, mas elas têm um preço.

GR - *Quais outros segmentos o senhor considera importante?*

PEDRO - A questão dos insumos. A Embrapa não tem papel nenhum na questão de exploração, não é nosso papel produzir plantas que absorvam com maior eficiência utilizando fontes não convencionais para fertilizantes, e acho que essa é uma área importante a que não prestamos atenção. Nós prestamos atenção na fixação de nitrogênio na soja, o que é um sucesso, mas existem vários outros estudos na questão do fósforo e na questão do potássio que precisamos pensar mais. São exemplos de insumos e fertilizantes, mas há toda a área de defensivos que tende a caminhar na questão de procura de elementos mais biológicos, menos químicos. Estamos entrando na era da biologia e saindo da era química. A Embrapa também que entrar nessa área biológica.

GR - *Existem pesquisas na área de biodiversidade?*

PEDRO - Sim. descobrimos moléculas de biodiversidade da Amazônia, por exemplo, que podem ter efeito de herbicida ou no controle de pragas e doenças. Uma doença que eu tenho colocado como importante é o controle da ferrugem da soja. Temos um portfólio bastante interessante de projetos nessa área, da parte molecular do fungo e da planta à métodos de detecção para a aplicação do fungicida na hora mais correta. Essa doença causa um prejuízo de cerca de 2,8 bilhões de reais por ano. Então esse tema merece uma avaliação a fim de detectar os gargalos na área de pesquisa.

GR - *O senhor também pretende avançar na pesquisa de novas matérias-primas para adubo. Que materiais seriam esses?*

PEDRO - Temos o xisto e o gesso. O gesso é antigo e pouca gente usa, mas ele é muito bom para aprofundar o calcário no solo e pode voltar a ser usado. Outra coisa é a terra preta dos índios. Tem um grupo da Embrapa trabalhando com eles para ver se a gente consegue fazer a terra preta por meio do carvão. Em uma primeira etapa esse insumo poderia ser ofertado para a horticultura. É uma alternativa de longo prazo, mas muito boa.

GR - *A Embrapa que estabelecer parcerias com as cooperativas. Como elas serão?*

PEDRO - Nós queremos parceria com os setores que representam os produtores rurais. Existem três instituições que entendo são os pilares de sustentação da Embrapa: a Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que representa os trabalhadores rurais, a CNA - confederação Nacional da Agricultura, que representa os produtores rurais, e as cooperativas, que representam os produtores associados. A Embrapa não tem de ter capilaridade, pois pesquisa é concentração, mas a gente pode atuar por meio desses pilares. A ideia é que a Embrapa esteja inserida nessas instituições porque essa é a maneira mais fácil de a gente chegar ao campo.

GR - *O senhor pode dar um exemplo de como essa parceria pode funcionar?*

PEDRO - Olha só, nem todo mundo tem orgulho de ser rural. As cidades acham o rural atrasado. O personagem do Monteiro Lobato, o Jeca Tatu, retratava bem esse atraso. Então quem sabe a Embrapa, com o nome que ela criou e com a competência que ela tem - juntamente com as instituições -, possa criar uma grande campanha de valorização



do que é rural. Mostrar para as pessoas do campo que a qualidade de vida das pessoas da cidade depende do rural.

GR - *Mas de uma forma ou de outra as tecnologias produzidas na Embrapa chegam ao pequeno produtor, certo?*

PEDRO - chegam, mas a gente tem de ter cuidado. A Embrapa tem uma imagem muito boa, e essa imagem facilita muita coisa, mas ela também tem seu lado negativo. A Embrapa é meio como o Sol. Ao meio-dia no cerrado, o sujeito torra. É o mesmo que ocorre com a Embrapa. Ela tem de tomar cuidado para que essa imagem tão forte não enfraqueça outras instituições. A Embrapa chega ao produtor, mas há necessidade de uma extensão forte no Brasil. Coordenamos o sistema nacional de pesquisa e temos de aprender a valorizar nossos parceiros, como o IAC - Instituto Agrônomo de Campinas, que fez muito pelo café e pela cana.

GR - *É o pequeno agricultor o mais carente dessa extensão?*

PEDRO - A gente tem de começar a falar no Brasil de agricultura, independente de tamanho. Existem, por exemplo, pequenos produtores de arroz em Santa Catarina que são altamente tecnificados e produzem 12 toneladas por hectare, índice mais alto do país. No entanto, eles são pequenos. Pode-se também ter um hectare de cogumelo que talvez dê mais renda que 500 hectares de soja. É necessário cuidado com essa coisa de pequeno, médio e grande. Outra coisa importante é tirar a ideologia da discussão. A Embrapa jamais tem de ser ideológica. A Embrapa é plural. O Brasil é plural.

GR - *A Embrapa já exporta tecnologia. Nesta linha, quais são os planos para os próximos anos?*

PEDRO - A Empresa mantém duas estruturas de funcionamento internacional. Uma sob a forma de labex, um laboratório virtual, sem estrutura física. Nos Estados Unidos, o labex fica dentro do ARS - Agricultural Research Service, instituto de pesquisa do departamento de agricultura dos Estados Unidos. Temos pesquisadores atuando em etanol, no vírus H1N1 e na área florestal. Na Europa também temos pesquisadores que trabalham em biotecnologia avançada. Nosso objetivo é atuar em áreas estratégicas.

GR - *Qual é a outra maneira de operar no mercado externo?*

PEDRO - por meio de escritórios. Temos um na Venezuela. E possivelmente vamos montar um na América Central. Cada um tem um controle totalmente diferente. Na Venezuela, por exemplo, estamos com as construtoras que estão fazendo cidades, onde entra o componente agrícola.

Bolsa Família impulsiona acesso a políticas públicas Sítio eletrônico do MDS – 04/09/2009

Esse e outros temas serão abordados durante o Seminário Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família, que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) promove em Brasília nos dias 16 e 17 de setembro

O Bolsa Família, programa coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além de ter impacto sobre a redução das desigualdades de renda no País, tem forte implicação no cotidiano das famílias socialmente vulneráveis. Mais do que comida na mesa, ele representa a aproximação da população mais pobre com uma rede de políticas públicas. O programa coloca o foco sobre situações de vulnerabilidade, levando a proteção social a quem precisa.

As comunidades atendidas vêm sentindo os avanços e as transformações provocadas pelo Bolsa Família. Com um incremento médio de 30% na renda dos beneficiários, a ação significa alívio imediato da pobreza. O programa também rompe com a pobreza intergeracional – aquela que ocorre entre diferentes gerações, se mantendo uma após outra. E, por fim, o Bolsa Família impulsiona o desenvolvimento dos núcleos familiares, seja pelo aumento da escolaridade ou pela garantia do acesso a serviços de saúde básicos.

Condicionalidades - Os beneficiários do Bolsa Família precisam manter atualizado o cartão de vacinação das crianças com até sete anos de idade, seguir as instruções do Ministério da Saúde e conduzir os filhos para que sejam medidos e pesados nos postos municipais. A contrapartida das gestantes é fazer o pré-natal. A presença de crianças e adolescentes na escola também é acompanhada pelos ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social.

As condicionalidades - tanto na área da saúde (cujo controle é semestral), quanto na área de educação (com acompanhamento bimestral) - são consideradas um importante instrumento de inclusão social da população beneficiada pelo Bolsa Família. No primeiro semestre deste ano, chegou a 63% o total de famílias acompanhadas na área da saúde, superando o segundo semestre de 2008, quando esse controle atingiu 58%. Já o percentual de alunos cuja frequência escolar foi acompanhada chega a 84,53% na faixa etária de seis a 15 anos, e a 75,54% para os jovens com idades entre 16 e 17 anos.

Essas contrapartidas exigidas pelo Governo Federal têm por objetivo estimular o acesso dos beneficiários aos direitos sociais básicos de educação, saúde e assistência social. O seu cumprimento, a médio e longo prazo, representa o aumento da autonomia das famílias.

Seminário - Agora em setembro, nos dias 16 e 17, o MDS promove, em Brasília (DF), o Seminário Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família. O evento está sendo organizado em conjunto com os ministérios da Saúde e da Educação, parceiros na gestão de acompanhamento das condicionalidades do programa, e a Casa Civil da Presidência da República. O debate é voltado aos coordenadores do Bolsa Família nos Estados e deve servir como palco para que os gestores avaliem a importância da articulação para que as políticas públicas – de saúde, educação e assistência social – sejam efetivamente executadas. O resultado é a possibilidade de um

atendimento integral às famílias, o que potencializa as chances de superação das dificuldades.

O divórcio dos índices – Marcelo Garcia – O Globo – Opinião – 08/09/2009

Não tenho dúvida que a questão mais urgente da agenda brasileira é o combate à pobreza.

A pobreza mata. Limita o presente e destrói o futuro. Aniquila gerações. As consequências dramáticas da pobreza deveriam justificar a implantação de uma sólida agenda nacional capaz de resolver o problema de forma definitiva, mas, infelizmente, isso não tem sido possível.

O combate à pobreza é responsabilidade do Estado e exigência da sociedade.

A segurança de renda é uma conquista, mas precisamos avançar ainda mais conduzindo programas sociais que ofereçam caminhos para uma inclusão social sustentável.

Não podemos manter os pobres à margem do desenvolvimento econômico e educacional. Trata-se de um erro de graves consequências. E a primeira delas está evidente: pesquisas sobre a nossa realidade mostram o divórcio hoje existente entre os índices de pobreza e a desigualdade social.

Levantamentos feitos no país apontam queda na pobreza de forma continuada no Brasil a partir dos anos 60 e, de maneira mais acentuada, a partir dos anos 90. A pobreza de fato diminuiu nos últimos 40 anos.

Esta aceleração se deu a partir de um tripé: controle da inflação, política continuada de transferência de renda a partir de 1996 e queda significativa no valor do dólar em relação ao real a partir de 2003.

Os mesmos estudos que apontam queda da pobreza mostram, ao mesmo tempo, que a desigualdade social no Brasil é maior hoje que nos anos 60. O índice de Gini, que mede desigualdade, era de 0,537 em 1960.

Em 2009, é 0,543. A pobreza em 1960 atingia mais de 69% da população e hoje chega a 14,1%. O que podemos entender desses números? Que existe um divórcio entre os índices de pobreza e de desigualdade.

Tudo indica que a diminuição da pobreza não está associada ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento da educação, ou seja, não está sendo feita de forma sustentável. A garantia apenas de transferência de renda não sustenta o avanço dos mais pobres, embora os economistas, em geral, apostem nesta direção.

A Lei Orgânica da Assistência Social determina que o Estado deve prover todos os mínimos sociais.

Estamos ampliando o mínimo da renda, mas temos de fazer mais. Precisamos debater os dados sobre IDH nas cidades mais pobres fazendo correlação com PIB médio da cidade e Ideb, índice do Ministério da Educação, por exemplo. Além de uma questão de múltiplas inseguranças sociais (saúde, educação, habitação, qualificação profissional, cultura), a pobreza se revela de formas variadas.

Seu combate exige caminhos para muito além dos programas de transferência de renda. O trânsito entre pobreza e extrema pobreza se avalia em dólar — quem ganha menos de um dólar ao dia

está na extrema pobreza. Hoje, o dólar está em média em R\$ 1,87. E se for, no fim da tarde, a R\$ 2,50, isto vai significar que o pobreza aumentou? A artificialidade da saída da pobreza, e da extrema pobreza, só pela renda vem à prova na hora. Não devemos ter dúvida a este respeito.

Mesmo sendo responsabilidade do Estado, a luta contra a pobreza não deve ser monopólio estatal. Ela só será vitoriosa se for compromisso da sociedade brasileira com o seu tempo. Não é normal aceitar que o país continue com tantos pobres e com tamanha desigualdade.

A indiferença é uma irresponsabilidade.

Assim como a omissão.

Todos nós, a começar pelo governo, deveríamos nos empenhar em cumprir as Metas do Milênio, compromisso da Organização das Nações Unidas, ONU, com o fim da fome no mundo. O Brasil é signatário do compromisso que prevê a redução da desnutrição mundial à metade, até 2015.

Líderes políticos e empresariais deveriam construir um pacto nacional de combate à extrema pobreza. A cidadania também é garantia de progresso social. Quanto maior a capacidade de organização da sociedade, mais eficaz é a luta contra a pobreza.

Há muito a fazer, a começar pela agenda nacional de metas sociais.

Acredito que os pobres vão avançar de fato se houver integração entre garantia de renda, desenvolvimento econômico, educação de qualidade e cidadania.

Temos de ter, sim, porta de saída para programas sociais e assistenciais.

Abrir mão destas portas é, sobretudo, fechar histórias e fechar páginas do futuro do Brasil.

MARCELO GARCIA é presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

e secretário-executivo do Instituto CNA, da Confederação Nacional da Agricultura.

Só demarca Quem é dono – CíceroAlvesdaCosta – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/09/2009

Ocupação indígena pretérita, direito congênito e originário, dívida histórica social, direito de retomada de terras, etc., são alguns dos argumentos falaciosos que o órgão federal de assistência ao índio utiliza para instruir procedimento pelo qual demarca administrativamente terras particulares, de propriedade particular, em favor de indígenas. O expediente vem atormentando os proprietários rurais em todos os rincões do País e desafiando a segurança jurídica e o Estado de Direito.

Bem por isso é que, estudando o capítulo da Constituição federal que trata do direito “Dos Índios”, fica evidente a ilegalidade administrativa por manifesta ausência de legitimidade ativa do órgão federal de assistência ao índio quando instrui procedimento para demarcar terras particulares, de propriedade alheia.

Para chegar a essa conclusão basta verificar que a Constituição federal diz que compete à União demarcar as terras indígenas. Diz que as terras indígenas são identificadas pela habitação (presente) indígena.

Diz que as terras indígenas são públicas porque são bens da União.

Aliás, muito antes da promulgação da Constituição federal vigente, o Estatuto do Índio, lei especial promulgada no ano de 1973, já definia que indígenas são as terras ocupadas ou habitadas pelos índios.

E não é só. O mesmo regulamento já trazia em seu bojo que a demarcação das terras indígenas deve ser realizada “por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio”.

Logo, a Constituição federal apenas ratificou a competência da União para demarcar as suas próprias terras indígenas.

Na prática, por força de lei, a legitimidade ativa no procedimento administrativo é do órgão federal de assistência ao índio.

Ressalte-se que é o ordenamento processual civil que prevê que a legitimidade ativa na demarcação de terras é exclusiva do proprietário. Nesse ponto a jurisprudência pátria é uníssona: “É pressuposto essencial para a propositura da ação demarcatória que seja o autor proprietário do imóvel demarcando.”

Em resumo, a demarcação de terras particulares é competência do respectivo proprietário e se realiza por iniciativa dele e por meio do Poder Judiciário.

Já a demarcação das terras públicas indígenas é competência da União Federal e se realiza administrativamente por portaria do ministro da Justiça e decreto do presidente da República.

Registre-se um outro dado importante. A natureza jurídica da demarcação de terras particulares resume-se a obrigar o vizinho a estreimar divisas, fixar novos limites ou aviventar os já apagados. Já a demarcação indígena tem efeito declaratório do domínio da União sobre as terras que demarca.

Daí por que afirmar que a demarcação indígena em terras particulares se traduz em confisco da propriedade particular.

Portanto, até aqui já se sabe que a habitação indígena presente é o elemento primeiro que identifica as terras indígenas.

Sabe-se a quem elas pertencem. Que são bens públicos.

A quem cabe demarcá-las.

E qual é o instrumento legal para demarcá-las. Sabe-se, também, que a legitimidade ativa na demarcação de terras é do proprietário e que a demarcação de terras não é meio de aquisição da propriedade imóvel.

Diante dessas questões legais, como é que o órgão federal de assistência ao índio se arroga o direito de instruir procedimento de demarcação de terras públicas indígenas contra terras de propriedade particular?

Ou de demarcar terras de propriedade de terceiros? Ou de transformar com a demarcação indígena o domínio particular em domínio público da União? Ora, a lei não tergiversa. O órgão federal de assistência ao índio só pode demarcar as terras (públicas) da União habitadas pelos índios. É bem por isso que a decisão recente do Supremo Tribunal Federal no caso Raposa-Serra do Sol proíbe a ampliação das reservas indígenas já demarcadas.

Com isso fica evidenciado que a demarcação indígena, quando é manejada contra terras particulares, de propriedade particular, e como meio de aquisição da propriedade imóvel de terceiros, ofende o princípio da legitimidade. Ofende o direito alheio de propriedade, o devido processo legal e o controle do poder jurisdicional. Fica evidente que o órgão federal de assistência ao índio, quando utiliza o decreto e o procedimento demarcatório – que são próprios para demarcar as terras indígenas da União – contra terras particulares, de propriedade particular, ou de terceiros, pratica ato administrativo ilícito derivado de desvio de poder. A demarcação indígena contra terras particulares, de propriedade particular, ou de terceiros, materializa vício insanável de ilegalidade administrativa.

Apenas para argumentar, indaga-se: diante de vícios insanáveis, que força possui o poder de polícia ou o poder discricionário para legitimar que o órgão federal de assistência ao índio vistorie e realize estudos antropológicos em terras particulares, de propriedade particular? Ou que legitimidade possui o instituto da posse indígena pretérita para fundamentar procedimento de demarcação indígena contra terras particulares?

Ou, ainda, que legitimidade possui o § 6º, do artigo 231 da Constituição federal de 1988, para garantir que o órgão federal de assistência ao índio anule *de officio* títulos de propriedade particular?

Bem por isso é forçoso afirmar: só a manifesta ausência de legitimidade ativa já é elemento suficiente para desnudar a nulidade insanável que representa o ato administrativo do órgão federal de assistência ao índio de demarcar terras particulares, de propriedade particular, e de terceiros, que o Poder Judiciário federal e os tribunais superiores não enxergam. Infelizmente!

CNA: PIB mostra que choro da agricultura não é birra – Sítio eletrônico da CNA – 11/09/2009

O resultado negativo do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola é uma prova de que as demandas do setor produtivo ao governo têm procedência, na avaliação da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO). "Isso é para o governo ver que nosso choro não é de birra, é um choro chorado", afirmou à Agência Estado.

O PIB agrícola caiu 0,1% no segundo trimestre do ano na comparação com o primeiro. Os demais setores da economia, porém, apresentaram avanço no mesmo período, com alta de 1,2% dos serviços e de 2,1% da indústria. "A agricultura é o único setor que está em recessão ainda. É preciso ver que somos diferentes mesmo, somos especiais", argumentou a senadora. Segundo ela, enquanto os demais setores conseguem se recuperar de um tombo em alguns dias, a agricultura precisa de um ano todo para voltar a engrenar. "Qualquer distorção que temos levamos um ano todo para nos recuperarmos", considerou.

Para Kátia Abreu, foram três os principais pontos que levaram ao encolhimento da atividade de abril a junho. A primeira foi a redução do PIB de uma safra para outra, levando à descapitalização dos produtores. "Tivemos uma redução de 6% da safra 2007/2008 para a 2008/2009. Isso é muita coisa", considerou. O segundo ponto foi a queda da safra específica do café, de 15% e, o terceiro, a diminuição das atividades de silvicultura e pecuária.

A solução para a agricultura é, na avaliação da senadora, um programa firme de subvenção por parte do governo. Segundo ela, é importante que os alimentos sejam acessíveis à população não só brasileira, mas também mundial. Para isso, no entanto, alegou Kátia Abreu, é preciso que o governo arque com a diferença de preços, a fim de incentivar o produtor a permanecer em sua atividade. "É preciso que a população mundial ganhe com isso, mas, para isso, têm que sustentar a galinha dos ovos de ouro", afirmou.

Na comparação do segundo trimestre deste ano com idêntico período de 2008, a queda da atividade do setor foi ainda maior, de 4,2%. A presidente da CNA preferiu, porém, não tecer comentários sobre esse período específico, por conta da base de comparação muito elevada. "Tudo foi atípico em 2008. Fazer uma comparação nessa base seria irreal, para não dizer desonesto", comentou. No ano passado, a demanda mundial por alimentos estava em franca aceleração, o que levou a uma disparada das commodities, beneficiando o setor. "Vamos lembrar que a crise financeira internacional só chegou para valer mesmo no Brasil a partir de novembro", disse.

Célia Froufe - Agência Estado

Leia nota técnica da CNA sobre o resultado do PIB no segundo semestre de 2009. [Clique AQUI para acessar o arquivo.](#)

Acompanhamento da agenda de saúde do Bolsa Família aumenta 51% em dois anos – Sítio Eletrônico do MDS – 14/09/2009

A evolução do acompanhamento das condicionalidades do programa do MDS resulta do esforço do Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios, para garantir à população mais vulnerável acesso aos serviços de saúde e educação.

O monitoramento da frequência escolar e da agenda de saúde dos beneficiários do Bolsa Família aumentou 22% e 51%, respectivamente, entre o primeiro semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2009. A evolução do acompanhamento das condicionalidades do programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) resulta do esforço do Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios, para garantir à população mais vulnerável acesso aos serviços de saúde e educação, além da transferência de renda.

Dos 17,1 milhões de alunos, o MDS e o Ministério da Educação receberam informações sobre presença às aulas de 15,5 milhões, individualmente, o que representa 84% do total de crianças e adolescentes dos seis aos 17 anos, atendidos pelo programa no bimestre de junho e julho.

A contrapartida de saúde (vacinação infantil e pré-natal) registrou um aumento de 8,6% no total de famílias acompanhadas no primeiro semestre de 2009 em relação ao segundo semestre do ano passado. Foram monitoradas 6,1 milhões de famílias em comparação às 5,6 milhões de 2008.

Bom exemplo - Com altos percentuais de informação nas duas condicionalidades, o Município de Teresina (PI) foi um dos que colaboraram no avanço apurado nos dois anos. A capital piauiense enviou informação sobre 95% do total de alunos, no período de junho e julho, e de 82% das famílias que se enquadravam no perfil de saúde, no primeiro semestre de 2009.

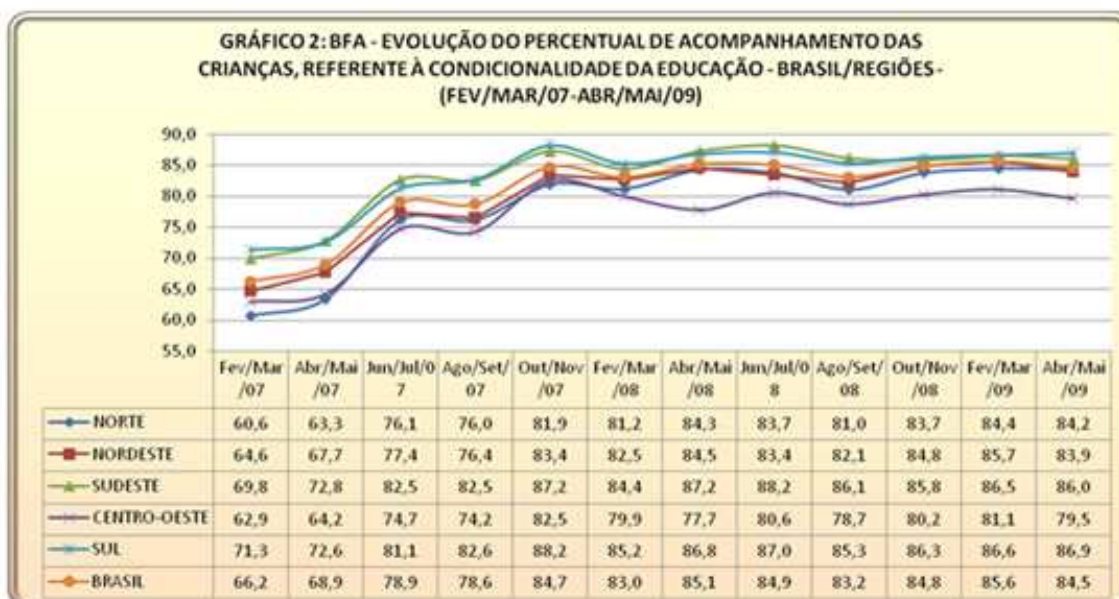
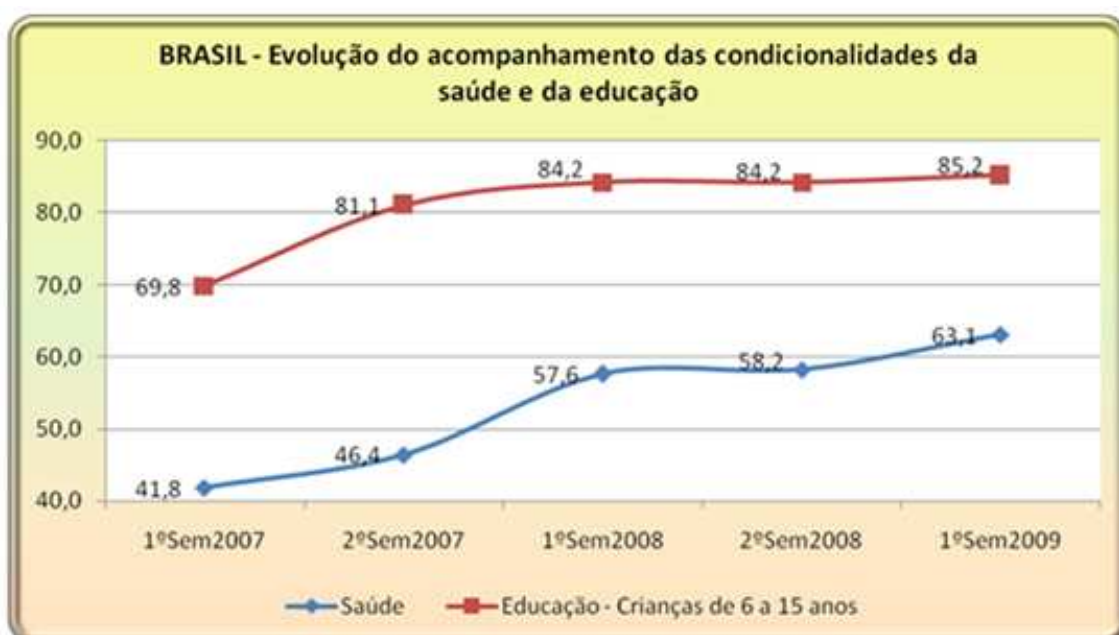
As estratégias adotada pela cidade para alcançar esses resultados são o trabalho integrado entre as áreas de educação, saúde e assistência social e visitas às famílias que não comparecem às campanhas de vacinação ou deixam os filhos faltarem à aulas. “Antes de deslocar as equipes para as escolas, fazemos reuniões com os diretores para mostrar a importância do monitoramento na melhoria de vida dos beneficiários do Bolsa Família e definimos também um calendário”, afirma a gestora municipal do programa, Maria das Graças da Silva Amorim, titular da Secretaria de Assistência Social.

O Município tem as escolas como ponto de partida nos dois monitoramentos, incluindo ainda os agentes e a Fundação Municipal de Saúde. Com essa atuação totalmente integrada, segundo Maria das Graças, não chega a 10% a necessidade de buscar as famílias em suas casas. Outro ponto destacado pela gestora é o registro das informações nos sistemas do MEC ou do Ministério da Saúde assim que os dados são coletados. “Vamos alimentando os sistemas, assim o trabalho não fica acumulado no final do prazo”, ensina.

Disposto a avançar ainda mais no acompanhamento das condicionalidades do programa, consideradas um mecanismo fundamental para a inclusão social das 12 milhões de famílias atendidas, o MDS promove, nos próximos dias 16 e 17 (quarta e quinta-feiras),

o Seminário Intersetorial de Condicionalidades do Programa Bolsa Família, em Brasília (DF). O evento está sendo organizado em parceria com os ministérios da Saúde e da Educação, responsáveis pelos sistemas de monitoramento das contrapartidas, e a Casa Civil da Presidência da República.

O debate envolve os coordenadores do Bolsa Família nos Estados e vai mostrar a necessidade de articulação entre os setores para que as políticas públicas – de saúde, educação e assistência social – sejam efetivamente executadas. O desafio do MDS é desenvolver uma ação de acompanhamento das famílias que não estão conseguindo cumprir as condicionalidades. São elas as mais vulneráveis e que precisam de mais atenção do poder público, especialmente da área de assistência social para evitar a perda do benefício cancelado por este motivo.



Só Norte eleva a renda agrícola neste ano – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/09/2009

Cenário de perda na renda do setor se mostra pior no Centro-Oeste e no Sul do país, aponta levantamento do governo

Segundo ministério, valor bruto da produção baixa 4,1% em média; queda de preços e problemas climáticos explicam recuo

Salvos pelo bom desempenho nos preços do arroz e da mandioca, os produtores da região Norte foram os únicos que tiveram recuperação de renda neste ano em relação a 2008.

As demais regiões agrícolas do país, cujo peso maior na produção recai sobre outros produtos, não tiveram a mesma sorte e estão com perdas. Os piores cenários ocorrem nas regiões Centro-Oeste e Sul. A avaliação é de José Garcia Gasques, do Ministério da Agricultura, que cruzou os mais recentes dados de safra do IBGE, divulgados neste mês, e os preços recebidos pelos produtores apurados pela Fundação Getúlio Vargas até julho. O resultado foi uma redução média nacional de 4,1% no valor bruto de produção de janeiro a julho em comparação a 2008. O valor total da produção nacional de 20 produtos acompanhados pelo analista soma R\$ 153,4 bilhões. A queda ocorre tanto por problemas climáticos, que afetaram a produção, como pela redução de preços de alguns dos principais produtos colhidos no país, diz o especialista do Ministério da Agricultura. O clima começou desfavorável já no período de plantio de verão do ano passado, quando a seca retardou a semeadura de grãos em várias regiões.

Reta final
Na reta final da safra, ocorreu o contrário. O excesso de chuva prejudicou a colheita de produtos como a soja no Centro-Oeste e o trigo no Paraná. A conjugação de safra menor que o previsto e de queda nos preços é que vai gerar menos receitas para os produtores. Um dos destaques na queda foi o milho, uma cultura presente em todos os Estados. Os paranaenses estiveram entre os que enfrentam as maiores quedas no valor da produção. Além da queda de 16% nos preços do milho neste ano, o Estado fecha a safra 2008/9 desse grão com baixa de 28% no volume produzido. Afetado ainda pela queda de 14% nos preços do trigo, o Estado, um dos líderes de produção de grãos do país, teve redução média de 17% no valor total da produção, que caiu para R\$ 17,9 bilhões -o valor contempla apenas a soma dos 20 produtos acompanhados por Gasques. Mas não foi apenas o milho que derrubou as receitas dos produtores neste ano em relação a 2008. Café, algodão e soja também estiveram na lista, o que levou Estados como Mato Grosso (11%), Mato Grosso do Sul (23%) e Minas Gerais (11%) a figurar também entre os que mais tiveram redução no valor total da produção neste ano.

Drible na queda
Alguns produtos, no entanto, conseguiram driblar a tendência de queda de preços e vão

trazer mais receitas neste ano, devido a aumento de produção e a preços melhores. Um desses destaques é a cana-de-açúcar. Com um valor total de produção de R\$ 24,5 bilhões neste ano, o setor supera em 18% o de 2008. A tonelada foi negociada a R\$ 35,50 de janeiro a julho deste ano, 12% a mais do que em 2008. No país, produtores de cana tiveram a renda média sustentada. Em São Paulo, a cana representa 51% do valor da produção, considerando os 20 itens acompanhados por Gasques. O valor de produção do Estado recuou apenas 2,9%. Por regiões, a única que teve aumento do valor bruto da produção foi a Norte: 10,6%. O aumento de 11% do arroz auxiliou a alta. As demais regiões perderam: Centro-Oeste (menos 8,8%), Sul (8,2%), Sudeste (5,5%) e Nordeste (1,8%).

Preços tendem a alta, mesmo com supersafra – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/09/2009

Se neste ano, em que houve queda de produção, os preços agrícolas recuaram, o que esperar de 2010, que promete uma supersafra de grãos? José Garcia Gasques, do Ministério da Agricultura, diz que, apesar da promessa de grande safra, é cedo para pessimismo. A economia mundial já retoma o caminho do crescimento, o que vai gerar uma demanda maior por alimentos. Assim como a alimentação foi o último setor a perder força na crise, deve ser o primeiro a responder com recuperação de preços. Além disso, os estoques tiveram uma recomposição, mas não nos volumes em que estavam na primeira metade da década. Daniele Siqueira, da AgRural, concorda com Gasques. Deve haver produção recorde, mas a demanda mundial vai deixar a relação estoque/consumo não muito confortável. E isso pode dar sustentação aos preços. **(MZ)**

Lula festeja fim da crise e afirma que Bolsa Família ajudou economia – Chico de Gois – O Globo – Economia – 16/09/2009

Segundo presidente, acabou a 'empáfia' dos empresários e da imprensa

BRASÍLIA. Ao discursar no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva festejou o que considera o fim da crise econômica no país e, de forma indireta, vinculou a retomada aos efeitos positivos do Bolsa Família na economia. Lula lembrou que os recursos distribuídos aos beneficiários do programa ajudaram no aumento do consumo interno.

O presidente anunciou ainda que pretende enviar um projeto ao Congresso Nacional ainda este ano, para tornar lei as políticas sociais que desenvolveu.

O objetivo é evitar que os próximos governantes acabem com os programas.

— Uma parcela da população que teve acesso a dinheiro deu sustentabilidade à economia brasileira, deu confiança ao comércio.

Nós não podemos retroceder, achando “ah, se acabar o Bolsa Família, vai melhorar o país”. O que vamos fazer com os R\$ 12 bilhões do Bolsa Família? Construir uma ponte a mais, uma estrada a mais? Isso é mais importante do que levar comida à boca de 2 milhões de pessoas? Não é — afirmou.

O presidente disse ainda que “acabou o tempo da empáfia”: — Acabou a empáfia dos presidentes que pensavam que sabiam tudo e dos ministros da Fazenda que faziam um plano atrás do outro. Acabou a empáfia dos empresários que achavam que o

governo não valia mais nada. E acabou a empáfia de uma parte da imprensa, que achava que com suas manchetes podiam criar um clima na sociedade.

Segundo o presidente, a superação da crise ensinou que é preciso reunir governo, empresários e trabalhadores para agir conjuntamente.

— Nós aprendemos, eu aprendi, os ministros aprenderam, vocês aprenderam. Na época da crise, a gente tinha que dizer: vamos vencer essa crise. Eu acho que ela está vencida no Brasil.

MDS começa a pagar reajuste do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 17/09/2009

Serão transferidos, até 30 de setembro, mais de R\$ 1,1 bilhão a cerca de 11,9 milhões de famílias atendidas. O Governo Federal decidiu reajustar os benefícios para manter o poder de compra da população atendida e reforçar a distribuição de renda entre as famílias brasileiras.

O reajuste do benefício do Bolsa Família começa a ser pago, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), nesta quinta-feira (17/9). Todas as famílias vão receber os valores corrigidos em 10%, o que significa R\$ 99,1 milhões a mais em relação ao pagamento de agosto. Serão transferidos, até 30 de setembro, mais de R\$ 1,1 bilhão a cerca de 11,9 milhões de famílias atendidas. O Governo Federal decidiu reajustar os benefícios para manter o poder de compra da população atendida e reforçar a distribuição de renda entre as famílias brasileiras. Os novos valores incorporam 6% de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), entre julho de 2008 e junho de 2009, mais 4% de ganho real, destinados a consolidar a estratégia de redução das desigualdades individuais e regionais.

Com a correção, o benefício médio passa de R\$ 86,00 para R\$ 95,00. “O reajuste protege o poder de compra das pessoas mais pobres, mantendo aquecido o mercado interno, o que ajuda diretamente as pequenas economias, barrando o ciclo da crise”, afirma o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

As medidas foram definidas por meio do decreto presidencial 6.917, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho e de acordo com o previsto no parágrafo 6º do artigo 2º da Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Com a recomposição, o benefício básico, pago às famílias com renda familiar de até R\$ 70 por pessoa, subirá de R\$ 62,00 para R\$ 68,00. Já o benefício variável (pago de acordo com o número de crianças) passará de R\$ 20,00 para R\$ 22,00 e o recurso vinculado aos adolescentes de R\$ 30 para R\$ 33,00. Os dois benefícios variáveis são pagos a toda população cadastrada que se enquadra no perfil do programa (renda mensal de até R\$ 140,00 *per capita*), mas são limitados a três crianças e a dois adolescentes por família. E todos precisam cumprir as condicionalidades do Bolsa Família: frequência escolar de 85% das aulas para alunos dos 6 aos 15 anos; de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos; vacinação infantil e acompanhamento do pré-natal.

Com a alteração, o valor mínimo vai de R\$ 20,00 para R\$ 22,00 e o máximo de R\$ 182,00 para R\$ 200,00. Presente em 11,9 milhões de domicílios pobres de todos os Municípios brasileiros, o Bolsa Família é usado, especialmente, na aquisição de alimentos, material escolar, medicamentos e vestuário. O programa é considerado um

eficaz instrumento para redução gradual das desigualdades regionais. Do total de famílias atendidas em setembro de 2009, mais de 5,9 milhões residem na região Nordeste e cerca de 1,2 milhão na região Norte, áreas que concentram pobreza no Brasil **(Veja quadro abaixo com dados regionais e estaduais).**

Cálculos realizados pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, considerando a estimativa de beneficiários e o percentual de recomposição dos valores, indicam que o reajuste poderá contribuir com a redução do Índice de Gini do Brasil em 2,37% e com 30% da queda no número de famílias extremamente pobres.

Esse é o terceiro reajuste dos valores em quase seis anos de execução do programa, que serão completados em 20 de outubro. A primeira recomposição nos valores do Bolsa Família de 18,25 % ocorreu em agosto de 2007. Em julho do ano passado, o reajuste foi de 8%. E neste ano chegou a 10%. O critério de renda para ingresso no programa passou de R\$ 100 para R\$ 120, em 2006. Em abril de 2009, houve outra revisão de R\$ 120,00 para R\$ 137,00, mas esse valor para caracterização de famílias pobres se mostrou ineficaz operacionalmente, sendo alterado novamente para R\$ 140,00. Outra mudança no Bolsa Família foi a inclusão do benefício vinculado ao adolescente de 16 e 17 anos, em março de 2008, com o objetivo de fazer com que os jovens continuem na escola. São atendidos pelo programa quase dois milhões de adolescentes nessa faixa etária.

Para entender o Bolsa Família:
O Bolsa Família atende famílias com renda de até R\$ 140,00 por pessoa, divididas em dois grupos:
1) As famílias com renda de até R\$ 70 por pessoa terão, a partir de setembro, o direito ao benefício básico, de R\$ 68,00, mais o benefício variável de R\$ 22,00 (de acordo com o número de crianças de até 15 anos) no limite de três benefícios, além do benefício de R\$ 33 para adolescentes de 16 e 17 anos (no limite de dois benefícios). Com isso, essas famílias passam a receber valores entre R\$ 68,00 e R\$ 200,00.
2) No caso das famílias com renda por pessoa de R\$ 70,00 a R\$ 140, são pagos apenas os benefícios variáveis: R\$ 22,00 (de acordo com o número de crianças de até 15 anos) no limite de três benefícios, além do benefício de R\$ 33,00 para adolescentes de 16 e 17 anos (no limite de dois benefícios). Com isso, essas famílias passam a receber de R\$ 22,00 a R\$ 132,00.

Roseli Garcia

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA			
Dados do Programa Bolsa Família - agosto			

e setembro/2009						
UF	AGOSTO		SETEMBRO		Comparação Setembro/Agosto (R\$)	% de Acréscimo
	Famílias	Valor (R\$)	Famílias	Valor (R\$)		
Total Geral	12.015.358	1.030.024.152,00	11.936.845	1.129.222.407,00	99.198.255,00	100,00%
AC	58.073	5.669.742,00	57.464	6.187.180,00	517.438,00	0,52%
AL	388.496	34.671.800,00	386.805	38.198.664,00	3.526.864,00	3,56%
AM	253.967	24.966.050,00	253.280	27.598.515,00	2.632.465,00	2,65%
AP	43.438	4.350.059,00	43.312	4.784.348,00	434.289,00	0,44%
BA	1.539.133	137.316.782,00	1.521.974	149.935.798,00	12.619.016,00	12,72%
CE	927.719	82.382.394,00	919.995	90.035.192,00	7.652.798,00	7,71%
DF	78.643	6.094.593,00	79.055	6.755.152,00	660.559,00	0,67%
ES	188.517	14.885.560,00	186.325	16.163.786,00	1.278.226,00	1,29%
GO	296.638	22.978.865,00	298.525	25.536.531,00	2.557.666,00	2,58%
MA	816.310	77.805.681,00	814.298	85.777.117,00	7.971.436,00	8,04%
MG	1.093.654	86.140.937,00	1.078.315	93.345.495,00	7.204.558,00	7,26%
MS	123.386	9.811.480,00	124.459	10.872.840,00	1.061.360,00	1,07%
MT	160.279	12.612.593,00	160.815	13.987.747,00	1.375.154,00	1,39%
PA	620.183	60.483.368,00	619.420	66.721.725,00	6.238.357,00	6,29%
PB	444.294	39.381.243,00	440.298	43.076.937,00	3.695.694,00	3,73%
PE	985.566	87.241.447,00	977.460	95.717.805,00	8.476.358,00	8,54%
PI	392.561	35.437.229,00	391.578	39.000.793,00	3.563.564,00	3,59%
PR	478.716	34.874.561,00	475.380	38.071.755,00	3.197.194,00	3,22%
RJ	641.680	52.911.544,00	636.666	58.237.779,00	5.326.235,00	5,37%
RN	316.824	27.185.278,00	313.612	29.688.194,00	2.502.916,00	2,52%
RO	112.701	9.964.578,00	112.525	10.971.881,00	1.007.303,00	1,02%
RR	41.266	4.071.929,00	41.196	4.499.547,00	427.618,00	0,43%
RS	450.129	35.999.548,00	451.477	39.753.538,00	3.753.990,00	3,78%
SC	144.224	10.892.903,00	147.203	12.116.356,00	1.223.453,00	1,23%
SE	208.893	19.005.173,00	206.479	20.740.691,00	1.735.518,00	1,75%
SP	1.151.937	88.642.518,00	1.138.950	96.445.178,00	7.802.660,00	7,87%
TO	116.204	9.916.039,00	117.443	11.189.043,00	1.273.004,00	1,28%

MDS começa a pagar reajuste do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 17/09/2009

Serão transferidos, até 30 de setembro, mais de R\$ 1,1 bilhão a cerca de 11,9 milhões de famílias atendidas. O Governo Federal decidiu reajustar os benefícios para manter o poder de compra da população atendida e reforçar a distribuição de renda entre as famílias brasileiras.

O reajuste do benefício do Bolsa Família começa a ser pago, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), nesta quinta-feira (17/9). Todas as famílias vão receber os valores corrigidos em 10%, o que significa R\$ 99,1 milhões a mais em relação ao pagamento de agosto. Serão transferidos, até 30 de setembro, mais de R\$ 1,1 bilhão a cerca de 11,9 milhões de famílias atendidas. O Governo Federal decidiu reajustar os benefícios para manter o poder de compra da população atendida e reforçar a distribuição de renda entre as famílias brasileiras. Os novos valores incorporam 6% de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), entre julho de 2008 e junho de 2009, mais 4% de ganho real, destinados a consolidar a estratégia de redução das desigualdades individuais e regionais.

Com a correção, o benefício médio passa de R\$ 86,00 para R\$ 95,00. “O reajuste protege o poder de compra das pessoas mais pobres, mantendo aquecido o mercado interno, o que ajuda diretamente as pequenas economias, barrando o ciclo da crise”, afirma o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

As medidas foram definidas por meio do decreto presidencial 6.917, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho e de acordo com o previsto no parágrafo 6º do artigo 2º da Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Com a recomposição, o benefício básico, pago às famílias com renda familiar de até R\$ 70 por pessoa, subirá de R\$ 62,00 para R\$ 68,00. Já o benefício variável (pago de acordo com o número de crianças) passará de R\$ 20,00 para R\$ 22,00 e o recurso vinculado aos adolescentes de R\$ 30 para R\$ 33,00. Os dois benefícios variáveis são pagos a toda população cadastrada que se enquadra no perfil do programa (renda mensal de até R\$ 140,00 *per capita*), mas são limitados a três crianças e a dois adolescentes por família. E todos precisam cumprir as condicionalidades do Bolsa Família: frequência escolar de 85% das aulas para alunos dos 6 aos 15 anos; de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos; vacinação infantil e acompanhamento do pré-natal.

Com a alteração, o valor mínimo vai de R\$ 20,00 para R\$ 22,00 e o máximo de R\$ 182,00 para R\$ 200,00. Presente em 11,9 milhões de domicílios pobres de todos os Municípios brasileiros, o Bolsa Família é usado, especialmente, na aquisição de alimentos, material escolar, medicamentos e vestuário. O programa é considerado um eficaz instrumento para redução gradual das desigualdades regionais. Do total de famílias atendidas em setembro de 2009, mais de 5,9 milhões residem na região Nordeste e cerca de 1,2 milhão na região Norte, áreas que concentram pobreza no Brasil **(Veja quadro abaixo com dados regionais e estaduais).**

Cálculos realizados pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, considerando a estimativa de beneficiários e o percentual de recomposição dos valores, indicam que o reajuste poderá contribuir com a redução do Índice de Gini do Brasil em 2,37% e com 30% da queda no número de famílias extremamente pobres.

Esse é o terceiro reajuste dos valores em quase seis anos de execução do programa, que serão completados em 20 de outubro. A primeira recomposição nos valores do Bolsa Família de 18,25 % ocorreu em agosto de 2007. Em julho do ano passado, o reajuste foi de 8%. E neste ano chegou a 10%. O critério de renda para ingresso no programa passou de R\$ 100 para R\$ 120, em 2006. Em abril de 2009, houve outra revisão de R\$ 120,00 para R\$ 137,00, mas esse valor para caracterização de famílias pobres se mostrou ineficaz operacionalmente, sendo alterado novamente para R\$ 140,00. Outra mudança

no Bolsa Família foi a inclusão do benefício vinculado ao adolescente de 16 e 17 anos, em março de 2008, com o objetivo de fazer com que os jovens continuem na escola. São atendidos pelo programa quase dois milhões de adolescentes nessa faixa etária.

Para entender o Bolsa Família:
O Bolsa Família atende famílias com renda de até R\$ 140,00 por pessoa, divididas em dois grupos:
1) As famílias com renda de até R\$ 70 por pessoa terão, a partir de setembro, o direito ao benefício básico, de R\$ 68,00, mais o benefício variável de R\$ 22,00 (de acordo com o número de crianças de até 15 anos) no limite de três benefícios, além do benefício de R\$ 33 para adolescentes de 16 e 17 anos (no limite de dois benefícios). Com isso, essas famílias passam a receber valores entre R\$ 68,00 e R\$ 200,00.
2) No caso das famílias com renda por pessoa de R\$ 70,00 a R\$ 140, são pagos apenas os benefícios variáveis: R\$ 22,00 (de acordo com o número de crianças de até 15 anos) no limite de três benefícios, além do benefício de R\$ 33,00 para adolescentes de 16 e 17 anos (no limite de dois benefícios). Com isso, essas famílias passam a receber de R\$ 22,00 a R\$ 132,00.

Roseli Garcia

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME						
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA						
Dados do Programa Bolsa Família - agosto e setembro/2009						
UF	AGOSTO		SETEMBRO		Comparação Setembro/Agosto (R\$)	% de Acréscimo
	Famílias	Valor (R\$)	Famílias	Valor (R\$)		
Total Geral	12.015.358	1.030.024.152,00	11.936.845	1.129.222.407,00	99.198.255,00	100,00%
AC	58.073	5.669.742,00	57.464	6.187.180,00	517.438,00	0,52%
AL	388.496	34.671.800,00	386.805	38.198.664,00	3.526.864,00	3,56%
AM	253.967	24.966.050,00	253.280	27.598.515,00	2.632.465,00	2,65%
AP	43.438	4.350.059,00	43.312	4.784.348,00	434.289,00	0,44%
BA	1.539.133	137.316.782,00	1.521.974	149.935.798,00	12.619.016,00	12,72%
CE	927.719	82.382.394,00	919.995	90.035.192,00	7.652.798,00	7,71%
DF	78.643	6.094.593,00	79.055	6.755.152,00	660.559,00	0,67%
ES	188.517	14.885.560,00	186.325	16.163.786,00	1.278.226,00	1,29%

GO	296.638	22.978.865,00	298.525	25.536.531,00	2.557.666,00	2,58%
MA	816.310	77.805.681,00	814.298	85.777.117,00	7.971.436,00	8,04%
MG	1.093.654	86.140.937,00	1.078.315	93.345.495,00	7.204.558,00	7,26%
MS	123.386	9.811.480,00	124.459	10.872.840,00	1.061.360,00	1,07%
MT	160.279	12.612.593,00	160.815	13.987.747,00	1.375.154,00	1,39%
PA	620.183	60.483.368,00	619.420	66.721.725,00	6.238.357,00	6,29%
PB	444.294	39.381.243,00	440.298	43.076.937,00	3.695.694,00	3,73%
PE	985.566	87.241.447,00	977.460	95.717.805,00	8.476.358,00	8,54%
PI	392.561	35.437.229,00	391.578	39.000.793,00	3.563.564,00	3,59%
PR	478.716	34.874.561,00	475.380	38.071.755,00	3.197.194,00	3,22%
RJ	641.680	52.911.544,00	636.666	58.237.779,00	5.326.235,00	5,37%
RN	316.824	27.185.278,00	313.612	29.688.194,00	2.502.916,00	2,52%
RO	112.701	9.964.578,00	112.525	10.971.881,00	1.007.303,00	1,02%
RR	41.266	4.071.929,00	41.196	4.499.547,00	427.618,00	0,43%
RS	450.129	35.999.548,00	451.477	39.753.538,00	3.753.990,00	3,78%
SC	144.224	10.892.903,00	147.203	12.116.356,00	1.223.453,00	1,23%
SE	208.893	19.005.173,00	206.479	20.740.691,00	1.735.518,00	1,75%
SP	1.151.937	88.642.518,00	1.138.950	96.445.178,00	7.802.660,00	7,87%
TO	116.204	9.916.039,00	117.443	11.189.043,00	1.273.004,00	1,28%

Desigualdade cai; renda e emprego avançam – Antonio Gois – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/09/2009

Pnad, o mais abrangente retrato do país, revela ganhos com expansão econômica entre setembro de 2007 e setembro de 2008

No período, a taxa de desocupação caiu de 8,2% para 7,2%, menor patamar desde 1996, mas número de adultos analfabetos cresce

O retrato do Brasil antes da crise, revelado ontem pelo IBGE em sua Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), mostra um país que seguia seu processo de melhoria da renda, diminuição da desigualdade e da pobreza e crescimento do emprego formal. Mas a fotografia do Brasil, feita em setembro de 2008 pelo IBGE, mostra que o vigoroso crescimento econômico ocorrido nos 12 meses anteriores não conseguiu reduzir um dos mais graves problemas do país, o analfabetismo. A taxa de analfabetismo recuou apenas 0,1 ponto percentual na comparação de 2007 para 2008. Ocorreu inclusive um pequeno aumento no número absoluto de analfabetos adultos, de 14,136 milhões para 14,247 milhões. Por ter setembro como referência, o Pnad não captou efeitos da crise que começou a abalar o mundo no último trimestre de 2008, quando pesquisas do próprio IBGE registraram aumento do desemprego e queda na renda e no crescimento. Apesar de menos atualizada, a Pnad é a mais abrangente e detalhada pesquisa anual do IBGE, cobrindo todo o país e analisando diversas características da população. Em 2008, a renda média do trabalhador foi de R\$ 1.041, uma variação de 1,7% em relação a 2007. Ela está, no entanto, ainda 3,1% abaixo da verificado em 1998, de R\$ 1.074.

Essa alta de 1,7% foi a menor desde 2004, quando a economia começou a se recuperar.

Apesar de a renda ter crescido menos, a Pnad mostra que, em setembro de 2008, mais brasileiros conseguiram emprego - a taxa de desocupação caiu de 8,2% para 7,2%, o menor patamar desde 1996. A redução no desemprego significou que 2,5 milhões a mais de brasileiros estavam ocupados em setembro de 2008 na comparação com o mesmo período de 2007. E a maioria dos postos criados foi no setor formal, já que houve aumento de 6,6% (2,1 milhões) no número de empregados com carteira assinada. Ainda assim, pouco mais de um terço (34,9%) dos empregados no Brasil tinha carteira assinada. Em 2001, esse percentual era de 29,4%. O crescimento da formalização no mercado de emprego contribuiu para o aumento da proporção de trabalhadores que contribuía para a Previdência: de 50,6% para 52,1%. No caso da renda do trabalho, a queda na desigualdade, medida pelo índice de Gini, foi de 1,3%, menor do que a redução verificada de 2006 para 2007, mas maior do que a registrada anualmente de 2003 a 2005. Na comparação com 1998, houve crescimento de 22% na renda dos 50% mais pobres. Os 10% mais ricos, nessa comparação, ainda registram perda salarial de 3,1%. Mesmo assim, os 10% mais ricos (R\$ 4.424 ou mais) concentram 43% da riqueza, enquanto os 50% mais pobres respondem por apenas 18%.

3,8 mi deixam pobreza com alta do emprego – Antonio Gois – □Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/09/2009

Melhora do mercado de trabalho e da renda faz com que proporção de pessoas pobres chegue ao menor nível desde 1992

Na opinião de especialista, programas sociais, como o Bolsa Família, também tiveram efeito, mas menor que o impacto do emprego

A melhoria do emprego e da renda verificada até setembro de 2008 fez com que 3,8 milhões de brasileiros deixassem a linha de pobreza no ano passado, segundo cálculos feitos a partir da Pnad pelo economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro. Na comparação com 1993 (ano da série histórica feita por ele em que houve maior proporção de pobres), o país registrou uma queda de mais da metade no percentual de pobres.

Em 1993, a proporção era de 35%. Em 2008, chegou a 16%, o menor percentual da série, que começa em 1992. Neri destaca que uma característica positiva da redução da pobreza nos últimos cinco anos é que ela tem sido verificada de forma constante desde 2003, quando o percentual registrado foi de 28%. Segundo ele, o país viveu nesses últimos cinco anos "um período de ouro" no combate à pobreza, que já supera a magnitude da queda de outro "período de ouro": o controle da inflação pelo Plano Real. De 1993 a 1995, quando o plano foi lançado, a pobreza caiu de 35% da população para 29%. De 1995 a 2003, esse percentual ficou relativamente estável, com pequenas oscilações no período. Foi então, a partir de 2003, que ele voltou a cair por causa do aumento da renda média per capita, especialmente nas camadas mais pobres. "O mais positivo é que essa redução na pobreza e na desigualdade aconteceu principalmente por causa da melhoria do mercado de trabalho. Os programas sociais, como o Bolsa Família, também tiveram uma participação, mas ela foi menor do que o efeito do próprio mercado", afirma Neri.

O economista considera como linha que define a pobreza uma renda domiciliar per capita de R\$ 144 em 2008. Ele explica que esse valor foi calculado considerando o custo que as pessoas teriam para comprar alimentos e satisfazer suas necessidades calóricas básicas de acordo com a Organização Mundial de Saúde. Esse cálculo leva em conta também que o custo de vida varia entre as regiões brasileiras. Na Grande São Paulo, por exemplo, ela é de R\$ 151 de renda domiciliar per capita.

Neri destaca que, se a pobreza continuar caindo no ritmo atual, o Brasil cumprirá com folga uma das metas do milênio, conjunto de objetivos acordados pelos países e monitorados pela Organização das Nações Unidas: reduzir pela metade até 2015, tendo como referência o ano de 1990, a proporção de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia (R\$ 1,8).
(ANTÔNIO GOIS)

Desníveis regionais marcam pesquisa – João Saboia – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/08/2009

Os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2008 confirmaram a tendência de aumento do nível de rendimento e de melhoria da distribuição de renda que vem ocorrendo no país há alguns anos. O significado de tais resultados, entretanto, necessita de uma qualificação inicial. Embora a Pnad seja uma pesquisa que fornece a cada ano um quadro abrangente da sociedade brasileira, sua capacidade para captar dados de rendimento é bastante limitada, cobrindo basicamente os rendimentos do trabalho e das transferências (aposentadorias, pensões e assistência social). Tanto o rendimento do trabalho quanto o de todas as fontes levantadas apresentaram aumento entre 2007 e 2008, resultando em crescimento do rendimento dos domicílios. Em termos distributivos, houve melhora generalizada nos três casos -rendimentos do trabalho; de todas as fontes; e domiciliares. É verdade que em alguns casos o aumento no nível de rendimento e a queda na desigualdade foram menos intensos que no passado recente. De qualquer forma, não deixa de ser positiva a informação de continuidade do movimento anterior de melhoria. Um dos aspectos negativos que devem ser destacados é a permanência dos enormes desníveis regionais em termos de rendimento. De um lado, há a região Nordeste, com os menores rendimentos e alta desigualdade. De outro, a região Centro-Oeste, com os maiores níveis de rendimento e de desigualdade, certamente por conta dos elevados rendimentos concentrados na capital federal. A situação mais favorável parece ser encontrada na região Sul, em que os níveis de rendimento são relativamente altos e a desigualdade está entre as menores do país. Dois fatores devem ser mencionados por sua contribuição para o aumento da renda e a melhoria de sua distribuição nos últimos anos. O primeiro é a ampliação do programa Bolsa Família, que, ao incorporar mais de 11 milhões de famílias nos últimos anos, transferiu renda diretamente nas mãos dos mais pobres, com resultados significativos sobre a redução da pobreza e a melhoria da distribuição de renda. Ocorre que sua ampliação em termos de inclusão de novas famílias pobres está se encerrando. Portanto, no futuro, seus efeitos sobre a redução da pobreza e da desigualdade vão depender de um aumento do valor dos benefícios, à medida em que não há muito mais famílias pobres a serem absorvidas no programa.

Salário

mínimo

O segundo elemento é o salário mínimo, que atua tanto na base da pirâmide de rendimento do mercado de trabalho, quanto no piso da Previdência Social e no benefício de prestação continuada (no valor de um salário mensal transferido a cerca de 3 milhões de idosos e deficientes pobres). Nos últimos anos, o salário mínimo vem passando por um intenso processo de recuperação, beneficiando milhões de pessoas no país. Tendo em vista a regra atual de reajuste do mínimo, seu potencial para redução da pobreza e melhoria da distribuição de renda permanece em vigor. Os dados agora divulgados da Pnad são de setembro de 2008, quando a crise internacional chegava ao país. Estamos em setembro de 2009, quando o IBGE realiza nova Pnad. Fica aqui a curiosidade para ver, daqui a um ano, por ocasião da divulgação da nova Pnad, como o país enfrentou os 12 meses iniciais da crise que assombrou o mundo.

JOÃO SABOIA é diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mais emprego, educação de menos – Cássia Almeida, Henrique Gomes Batista e Luciana Casemiro – O Globo – Economia – 19/09/2009

Aumenta número de vagas com carteira no país, mas analfabetismo ainda atinge 14,2 milhões

O mercado de trabalho brasileiro cresceu, ficou menos desigual e com menos crianças e adolescentes em 2008. Esse foi o retrato que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o maior levantamento anual das condições de vida do brasileiro, captou em setembro do ano passado, às vésperas de a crise financeira internacional desembarcar com força no Brasil. Na educação, porém, houve frustração com a estagnação na taxa de analfabetismo, mazela que ainda atinge 14,2 milhões de brasileiros acima de 15 anos, conforme divulgou ontem o IBGE.

E o saneamento, apesar de ter subido de 51,1% para 52,5%, ainda é a dívida a ser paga. Mas os domicílios ficaram mais equipados com computador, internet, celular e máquina de lavar.

— A continuidade da melhoria de emprego, renda, formalização e desigualdade é a característica marcante de 2008 — disse o presidente do IBGE, Eduardo Nunes.

A taxa de desemprego desabou em 2008. A parcela de trabalhadores desocupados ficou em 7,2%, quando se exclui o Norte rural. No ano passado, ficara em 8,2%. A taxa de 7,2% é a menor desde 1996, “o melhor momento no pósReal”, lembra o economista Lauro Ramos, do Ipea. Quando se inclui o Norte rural, essa taxa cai de 8,1% para 7,1%.

A carteira de trabalho foi a marca de 2008. Das 2,496 milhões de vagas abertas no ano, 2,1 milhões foram com carteira assinada. A alta foi de 7,1%, a maior nos últimos anos, de acordo com Cimar Azeredo, gerente da Integração da Pnad. O rendimento também foi recorde. O valor médio real ganho pelo trabalhador alcançou R\$ 1.036. Quando se exclui o Norte rural, chega-se a R\$ 1.041, alta de 1,7%, o mais elevado desde 1998.

O rendimento vem subindo desde 2005 e já acumula alta de 17,4%.

Construção civil empregou mais

Ramos afirma que a diferença de 1996 e 2008 está na qualidade do emprego, mais formal: — É o quinto ano seguido de melhora no mercado de trabalho, o que permitiu que a taxa de desemprego em 2009 não crescesse, mesmo com a crise. Esse ciclo de melhora criou um colchão de proteção contra a crise.

Para o economista Marcos Lisboa, outros fatores ajudaram na formalização do emprego, como reformas institucionais importantes.

— O fim da cumulatividade do PIS/Cofins estimulou a formalização. A empresa só consegue deduzir as despesas no imposto a pagar se seus fornecedores estiverem formalizados.

Além disso, o desenvolvimento do mercado de capitais e o bom momento relativo da economia brasileira beneficiam empresas formalizadas.

Com a alta do emprego formal, a parcela de ocupados que contribui para a Previdência Social subiu de 50,6% para 52,1%. Foram mais 2,6 milhões que passaram a contribuir.

A vida da gaúcha Sandra Garcia Basler, de 46 anos, mudou em agosto de 2008, quando teve a carteira de trabalho assinada. Havia 18 anos que Sandra só trabalhava na informalidade.

A Região Sul registrou a menor taxa de desemprego do país: 4,9%. Mãe de dois filhos e com um enteado, ela comemora: — Agora tenho direito a aposentadoria, férias, fundo de garantia, décimo terceiro salário.

A construção civil foi o setor que mais impulsionou o crescimento do emprego, com alta de 14,1% nos postos de trabalho, para 6,905 milhões em 2008. O resultado fez com que os trabalhadores desse setor ultrapassassem o número de empregadas domésticas no Brasil, que caiu para 6,626 milhões. Para o operário Fernando Antônio de Farias, a diferença, agora, é o aumento da contratação com carteira, o que aconteceu com ele há dois meses: — Dá para sentir que as contratações com carteira estão retomando o ritmo.

Os dados da Pnad também mostraram forte redução no número de trabalhadores por conta própria. Em 2007, esse grupo somava 19,055 milhões de pessoas.

Ano passado, a parcela caiu para 20,2% e a renda ficou 4,8% menor.

— Isso demonstra que, com o mercado formal crescendo, as empresas contrataram pessoas que atuam por conta própria e selecionou os melhores — disse o economista da Fundação Getúlio Vargas Marcelo Neri.

Para o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, embora a desigualdade no mercado de trabalho tenha caído pouco, o importante é que continuou caindo e já está 10% menor nos últimos dez anos.

— O Brasil cresce em termos sociais nos mesmos níveis que a China em termos econômicos — disse ele, destacando o papel do Bolsa Família.

Trabalho infantil cai, mas estão no mercado 4,5 milhões de crianças – Cássia Almeida e Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 19/09/2009

Na faixa etária entre 5 e 17 anos, um em cada dez trabalha no país

RIO e RECIFE. Embora a Pnad mostre que no ano passado 367 mil crianças deixaram de trabalhar, não há motivos para comemoração: os dados do IBGE indicam

que ainda há no país um vergonhoso contingente de 4,452 milhões de menores, com idade entre 5 e 17 anos, que fazem parte das estatísticas do trabalho infantil.

Em 2007, 10,9% das crianças e jovens trabalhavam, percentual que foi reduzido para 10,2% no ano passado, mas que mantém a triste média de um menor trabalhador para cada dez crianças brasileiras.

O dado comparável — excluindo os resultados da área rural da região Norte, que só passaram a ser calculados em 2004 — mostram uma redução ainda mais tímida do trabalho infantil, de 10,6% para 10,2%.

— A redução do trabalho infantil ainda foi pequena em 2008, ainda mais quando levamos em conta que estávamos vivendo um ótimo período, com grande crescimento econômico — disse o coordenador de projetos do escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Renato Mendes Tripla jornada: trabalho, escola e afazeres domésticos A pesquisa do IBGE aponta que 993 mil crianças de 5 a 13 anos trabalhavam no Brasil em setembro de 2008, o que significa 3,3% da população desta faixa etária. Em 2007, o contingente de crianças nestas condições era de 1,229 milhão, 4% do total. Neste grupo, este ano, cada criança trabalhava em média 16,1 horas por semana, para receber R\$ 100 mensais.

No subgrupo de crianças entre 5 e 9 anos, 141 mil trabalhavam, ou 0,9% do total do país. Em 2007, 3,590 milhões de adolescentes de 14 e 17 anos trabalhavam, ou 26,3% do total. No ano passado, segundo a Pnad, deste grupo etário 3,459 milhões trabalhavam, ou 25% do total.

A Pnad aponta ainda que muitas destas crianças de 5 a 17 anos viviam uma situação de “jornada tripla”.

Ou seja, dos que trabalhavam, 80% estudavam — o que é bom — mas 57,1% ainda tinham que exercer afazeres domésticos.

A pesquisa também apontou que o Nordeste concentra 38,3% das crianças trabalhadoras.

Mas, no Sul, a presença dessas crianças trabalhadoras na escola caiu de 81% para 79,4%.

— Isso é um péssimo sinal, indica que a situação da criança está piorando — afirmou Mendes, da OIT.

Breno Filipe dos Santos, de 13 anos, trabalha de manhã, de tarde e de noite. Chega ao banco de feira, no centro, próximo ao Mercado São José, cinco horas da manhã. Recebe, arruma e comercializa frutas e verduras.

Às seis da tarde vai para uma pequena lanchonete da avó, onde faz entregas. No fim do dia, leva no bolso R\$ 4 da feira e mais alguns trocados da avó. Também ganha alguns legumes para levar para casa. Ele, que sonha ser motorista de caminhão e gosta de estudar português, pretende voltar a estudar em 2010 — parou na quarta série: — Eu gosto mais de estudar do que trabalhar, mas não tem outro jeito — afirma.

Quase 4 milhões saíram da pobreza no Brasil – Henrique Gomes Batista, Cássia Almeida e Letícia Lins – O Globo – Economia – 19/09/2009

Desigualdade também diminuiu, mas em velocidade menor que a registrada em outros anos desta década

RIO e RECIFE. A queda na desigualdade, a melhoria no mercado de trabalho e a pequena elevação na renda contribuíram para a redução da pobreza no país. Segundo estudo do professor Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação

Getulio Vargas (FGV), a parcela da população abaixo da linha da pobreza caiu de 18,26% em 2007 para 16,02% no ano passado.

Isso significa que 3,8 milhões de pessoas saíram da pobreza no período, o que equivale à população do estado do Espírito Santo e da cidade de Niterói juntas. Em termos relativos, a redução foi de 12,27%, segundo a análise da FGV baseada nos dados da Pnad. Com esse resultado, a população pobre em setembro de 2008 somava 29,3 milhões de pessoas, número equivalente à população de Minas Gerais e do Paraná.

— Isso não foi o bom resultado de apenas um ano, mas coroa uma fase de cinco anos, um verdadeiro ciclo de ouro, que acabou por causa da crise econômica justamente em setembro de 2008, quando a Pnad foi coletada — afirmou.

Redução de desigualdade de Nordeste estaciona De acordo com essa análise, Neri afirma que a parcela da população que vivia abaixo da linha da pobreza caiu de 28,05% em 2003 — início do ciclo — para 16,02% no ano passado, ou seja, 19,3 milhões de pessoas saíram da pior classe social do país. Ele calcula a linha da pobreza dividindo a renda familiar por habitantes de um domicílio e levando em conta o custo de alimentação para se garantir uma dieta de 2.288 calorias diárias por morador. O valor base do país é de R\$ 137 por pessoa/ mês, o mesmo critério utilizado para o recebimento do Bolsa Família, mas os dados da FGV consideram as diferenças de preços regionais.

A desigualdade nos rendimentos do trabalho caiu um pouco em 2008, segundo o IBGE, mas em ritmo inferior ao dos outros anos. O índice de Gini, medida padrão para esta análise (quanto mais desigual, maior o número) caiu de 0,528 para 0,521, depois da redução expressiva de 2007, quando o recuou de 0,541 para 0,528.

O Sudeste foi onde a desigualdade mais caiu — o índice de Gini passou de 0,505 em 2007 para 0,496 no ano passado. No Sul, a redução foi de 0,494 para 0,486. Já no Centro-Oeste, onde a desigualdade subiu em 2007, de 0,541 para 0,552, também não houve melhora da distribuição, que ficou estável em 0,552.

No Nordeste, praticamente parou a melhoria na distribuição de renda: o índice de Gini caiu levemente, de 0,547 para 0,546.

— A renda dos trabalhadores das camadas mais baixas e mais altas do Nordeste subiu. Por isso, a desigualdade não caiu na região — explicou a gerente da Pnad, Maria Lúcia Vieira.

Essa alta concentração de renda no Nordeste ainda é sentida no cotidiano de pessoas como Fernanda Gomes da Silva, 22 anos, três filhos e sem acesso a trabalho formal. Ela trabalha como diarista três vezes por semana, o que lhe garante R\$ 90 mensais. Também recebe R\$ 112 do Bolsa Família, que sacou na última quinta-feira.

Ela reside na pequena casa do pai, onde moram oito pessoas — vizinha a um bairro de classe média. Há água e luz, mas o esgoto corre a céu aberto. Fernanda provavelmente não vai ascender. Ela parou de estudar na quinta série. Faz planos para estudar em 2010, mas não teme deixar a sala de aula antes do fim do ano, como ocorreu em 2006.

— Eu ia para a escola, mas quando chegava na esquina ouvia o choro do menino e voltava para casa — lembra, referindo-se a Lucas Filipe, o caçula de 4 anos, irmão de Guilherme, de 7, e Hugo Mateus, de 5, todos na escola.

Fosso na educação – O Globo – Opinião – 22/09/2009

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) é aprimorada a cada ano pelo IBGE, e seus resultados têm sido importante fonte de informação para vários estudos sobre a situação social e econômica da população brasileira. A Pnad 2008, por

exemplo, confirmou algumas tendências de consumo: 80% dos lares estão servidos por telefone (fixo ou móvel) e mais de 30% já contam com microcomputador (sendo que 24% dos imóveis estão conectados à internet). A energia elétrica está presente na quase totalidade das casas, e houve avanços, ainda que modestos, no fornecimento de água, na coleta de lixo e de esgoto. O Brasil é um país em que 70% dos imóveis são propriedades quitadas e há mais 5% sendo amortizados.

Há melhorias em indicadores sociais, tendência iniciada antes do governo Lula, que procura capitalizar sozinho os avanços por causa das eleições. Se por um lado a Pnad captou o efeito do crescimento do emprego e da ligeira redução da desigualdade (embora a pesquisa tenha sido feita antes de o país sentir o impacto do agravamento da crise financeira internacional), por outro mostrou indicadores preocupantes em relação à educação. O número absoluto de pessoas analfabetas com mais de 15 anos aumentou em 113 mil de 2007 para 2008, inaceitável diante do engajamento da própria sociedade civil para eliminar a mazela. Se é crescente a percentagem de crianças que entram na escola aos 4 e 5 anos (72% dos que estão nessa faixa etária), e 97,5% de todos os jovens estão matriculados, a escolaridade média da população até 24 anos ainda não chega a oito anos — período do ensino fundamental.

É grave porque o mercado de trabalho tem gerado mais oportunidades para aqueles que possuem onze ou mais anos de instrução.

Esse grupo passou a representar 41,2% dos trabalhadores, e somente em 2008 expandiu-se em 8,5%. Há um fosso entre o que o mercado de trabalho demanda e o que o sistema de ensino vem conseguindo formar. Se essa defasagem não for corrigida, e rapidamente, a educação acabará setransformando em gargalo ainda mais sério do que os obstáculos da infraestrutura para o crescimento do país. Daí a urgência na prioridade de gastos para a educação, deixando-se o assistencialismo em segundo plano.

Os dados confirmam que estamos em uma fase de colher frutos do chamado “bônus democrático”.

Durante vinte ou trinta anos teremos um número declinante de crianças e jovens devido à queda da taxa média de fecundidade. Enquanto não se multiplicam os problemas decorrentes do envelhecimento da população, o país deve dobrar esforços para educar bem os jovens, permitindo que eles aproveitem as oportunidades profissionais que surgirão.

Desigualdade caiu menos com entrada no mercado de trabalhador sem renda - Cássia Almeida – O Globo – Economia – 22/09/2009

No topo da pirâmide, também há vagas para pessoal mais qualificado

RIO e BRASÍLIA. Depois de ver a desigualdade no mercado de trabalho brasileiro cair 2,4% em 2007, os números de 2008 frustraram.

A queda no Índice de Gini, que mede a concentração de renda e quanto mais perto de zero mais igualitária é a sociedade, foi de 1,3% e trouxe a pergunta: o que aconteceu para diminuir o ritmo no caminho da igualdade? Os especialistas ainda estão cruzando dados para responder com exatidão a essa questão. Mas a melhora no mercado de trabalho, com o aumento de 2,5 milhões no número de ocupados, fazendo a taxa de desemprego despencar de 8,1% para 7,1%, é uma das explicações. Para o economista Marcelo Neri, da Fundação Getulio Vargas (FGV), o mercado gerou muito emprego e incluiu trabalhadores sem renda, os mais pobres.

— Isso gera efeitos na medição da desigualdade. Quando essas pessoas são absorvidas pelo mercado, faz a desigualdade cair mais devagar — diz ele, lembrando que os salários oferecidos, nesse caso, são menores.

E a Pnad mostrou isso, o número de trabalhadores sem remuneração caiu 13,2%, o que representou menos 701 mil pessoas nessas condições.

Neri usa a renda domiciliar per capita, incluindo as pessoas sem renda (e não inclui ganhos do trabalho), e nessa medida o Índice de Gini está caindo na mesma proporção: 1,3% em 2007 e 1,15% em 2008.

Lula reconhece que ganhos sociais foram mais lentos. A economista Sonia Rocha, do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (Iets), também vê esse fenômeno, mas ela acrescenta outro ingrediente ao debate: o mercado de trabalho está buscando mão de obra qualificada, inchando os salários no topo.

— É uma hipótese a se considerar.

Os ganhos na base também foram menores. Em anos anteriores, foram maiores.

Mesmo em grau inferior, os 10% mais pobres viram sua renda crescer mais em 2008: 4,6% contra 0,3% dos 10% mais ricos.

Na média, a alta foi 1,7%. Sonia concorda com Neri, de que a absorção em 2008 de trabalhadores que não tinham renda em 2007 pode ter feito a desigualdade cair mais devagar.

Marcelo Medeiros, professor da UnB e ex-coordenador do Centro Internacional de Pobreza da ONU, faz um alerta: — É preciso investir pesadamente no ensino médio. Está muito aquém do nível que deveria estar. Temos que expandir o ensino superior agora.

Em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou os resultados da Pnad, mas reconheceu que os avanços sociais foram lentos. O presidente destacou a melhora do mercado de trabalho, do saneamento e do acesso à internet, mas disse que a redução do analfabetismo é mais lenta.

— Eu fiquei feliz com a pesquisa, porque ela demonstra que há um avanço nas conquistas sociais. Um avanço lento, mas que vem como se fôssemos subindo uma escada, degrau por degrau, e a cada ano, vem melhorando muito.

Em 5 anos, 19 milhões saem da pobreza – Valor econômico – Brasil – 22/09/2009

Cerca de 31 milhões de brasileiros subiram de classe social entre os anos de 2003 e 2008. Entre eles, 19,4 milhões deixaram a classe E, que traça a linha da pobreza no país, tendo a renda domiciliar inferior a R\$ 768,00, e outros 1,5 milhão saíram da classe D (de R\$ 768,00 a 1.114,00). Com isso, houve uma queda acumulada de 43% no grupo dos mais pobres nesse período.

Ao mesmo tempo, a classe AB, que representa o grupo com renda domiciliar mais elevada (superior a R\$ 4.807,00), ganhou 6 milhões de pessoas. A classe C (renda familiar entre R\$ 1.115,00 e 4.807,00), que reúne a maioria da população, recebeu 25,9 milhões de brasileiros nos últimos cinco anos.

A constatação faz parte de um estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base nos dados de 2008 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(Pnad), apresentada na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o economista da FGV Marcelo Néri, responsável pelo estudo, esse movimento foi puxado principalmente pelas políticas de transferência de renda do governo federal, como o Bolsa Família, que traz como impacto direto a melhoria na renda do brasileiro pertencente à camada mais baixa. Ele acredita que as transferências de renda no momento atual de crise podem contribuir para a retomada da economia.

"Se eu reajusto o Bolsa Família, a grande beneficiária é a classe E. Se eu aumento o salário mínimo, quem mais ganha é a classe D. Já se faço reajuste das aposentadorias acima do salário mínimo quem ganha mais é a classe AB", diz Néri. "Por isso defendo mais reajustes transitórios ao Bolsa Família do que reajustes permanentes ao mínimo e ganhos de pensões acima do mínimo, que não beneficiam nem a classe média brasileira."

Crise gera queda de postos de trabalho no setor rural – Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios – 24/09/2009

A crise global reduziu a oferta de postos de trabalho formal no setor rural. Um diagnóstico feito para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) aponta uma redução superior a 43% na geração de novos empregos no primeiro semestre deste ano na comparação com os mesmos períodos de 2008 e 2007.

O estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que, no acumulado de janeiro a junho, foram criados 128.874 postos de trabalho à economia rural. Em 2008, o setor gerou 227.030 novas vagas; em 2007, foram 238.437 novos empregos. "O desempenho mais modesto em 2009 reflete em parte os efeitos negativos da crise sobre o mercado de trabalho brasileiro", diz o estudo do Dieese.

O diagnóstico da Contag aponta alguns problemas que devem ser superados pelos trabalhadores, como a predominância do sexo masculino no trabalho assalariado rural e a tendência de substituição de trabalhadores de idade mais avançada por empregados mais jovens. Mais de 54% das demissões ocorreram com trabalhadores com 30 anos ou mais. "No que se refere a salários, a exigência de maior escolaridade não tem se mostrado capaz de impulsionar os rendimentos dos trabalhadores do setor", assinala o texto. O salário dos admitidos no semestre, na média dos setores da agropecuária, foi 6,8% inferior ao verificado no caso dos trabalhadores demitidos.

A Contag avalia que o diagnóstico aponta para a necessidade de garantir a política de valorização do salário mínimo, redução da taxa básica de juros, além de políticas seletivas de desoneração tributária, apoio à agricultura familiar e contrapartidas sociais na concessão de financiamento públicos.

Em termos regionais, nos seis primeiros meses de 2009, o Sudeste e o Centro-Oeste foram os principais responsáveis pela geração líquida de postos de trabalho.

Foram as únicas regiões a apresentar saldos positivos no conjunto do setor agropecuário. (MZ)

Alagoas é o Estado que mais depende de benefício, diz FGV – Alexandra Bicca – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/09/2009

Mais de 40% da renda total dos alagoanos vem de programas sociais do governo

Rio é o Estado onde as aposentadorias são mais relevantes para a renda; Florianópolis tem a maior renda média, com R\$ 1.292

Pesquisa da Fundação Getulio Vargas mostra que o Rio é o Estado onde o pagamento de aposentadoria é mais relevante para a renda; Alagoas é o campeão de proventos sociais; e o Amapá é o Estado com o mais expressivo índice de participação do trabalho na renda.

Essa é a conclusão do "Atlas do Bolso dos Brasileiros", organizado pela FGV a partir da base de dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2008, divulgada pelo IBGE no dia 18. Segundo o levantamento, o rendimento de aposentados que recebem mais de um salário mínimo por pessoa representou 25,35% do total da renda do Estado do Rio em 2008, a maior parcela entre todos os Estados. Em seguida aparecem Rio Grande do Sul (18,74% da renda), Piauí (17,57%) e Distrito Federal (16,43%). Já no ranking sobre a renda obtida por meio de diferentes atividades de trabalho, o Rio de Janeiro é a última colocada entre as capitais e periferias metropolitanas analisadas pela pesquisa (no total de 36 localidades), com uma parcela de 67,98% da renda vinda desse tipo de fonte. A líder nessa comparação é Palmas, no Tocantins, onde 88,31% da renda veio do trabalho em 2008, de acordo com o levantamento. São Paulo ocupa a 15ª posição na mesma análise, com 80,51% da renda vinda do trabalho. Na comparação estadual, as atividades do trabalho têm a maior participação na renda do Amapá (88,16%), de Roraima (86,26%) e de Mato Grosso (85,69%). O Rio de Janeiro aparece em 25º lugar, com 69,54%; São Paulo é listado em nona posição, com parcela de 80,66% da renda obtida pelo trabalho. A pesquisa mostra as disparidades regionais. O Estado do Amapá tem 88,16% da sua renda vinda do trabalho. Já o Estado de Alagoas é o campeão de proventos de programas sociais, com 40,43%. O Rio tem 27,9% das suas receitas vindas de aposentadorias.

A mesma pesquisa destaca Florianópolis como o município brasileiro com maior renda média: R\$ 1.292 mensais, tendo 92,6% da sua população nas classes ABC. Puxado principalmente pelos programas de transferência de renda do governo, como o Bolsa Família, o Nordeste respondeu por 44,28% do número de pessoas que saíram da pobreza em 2007/8. Já nos Estados do Sudeste, a renda do trabalho e a da previdência foram as principais causas para o aumento de pessoas nas classes ABC, com um incremento de 38,04%.

Bolsa Família ignora adesão à escola de 23% dos jovens – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 28/09/2009

Governo não tem informações sobre 447,8 mil adolescentes atendidos pelo programa

Presença em 75% das aulas é condição para receber o benefício; evasão escolar e problemas no envio de dados causam descontrole

O governo federal ignora a frequência escolar de quase um em cada quatro adolescentes do Bolsa Família. A matrícula na escola e o comparecimento em 75% das aulas são as condicionalidades exigidas pelo governo aos jovens de 16 e 17 anos de famílias beneficiárias do programa. Com esse aluno longe das salas de aula, o "benefício variável jovem", no valor de R\$ 33, pode ser bloqueado e, em seguida, cancelado. Essa falta de informações supera em 62% a das crianças também integradas ao programa de transferência de renda. De acordo com relatório do Ministério do Desenvolvimento Social obtido pela reportagem, do 1,9 milhão de adolescentes beneficiados em julho passado pelo Bolsa Família, não havia informações disponíveis sobre a frequência escolar de 447,8 mil (23,28%).

No caso de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o índice é de 14,32% -dos 15,2 milhões registrados no programa, 2,1 milhões não têm a frequência acompanhada pelo governo.

O benefício vinculado aos adolescentes começou a ser pago às famílias no início do ano passado e, agora, o governo admite a dificuldade de manter esses jovens na sala de aula, mesmo com a frequência escolar vinculada ao pagamento. Segundo Lúcia Modesto, secretária de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, três fatores colaboram com a falta de informações sobre a frequência dos jovens: evasão escolar, mudanças de cidade ou de instituições de ensino e problemas no envio das informações da escola ao sistema do governo (leia texto nesta página).

Do 1,9 milhão de adolescentes do Bolsa Família, 70% ainda cursam o ensino fundamental, quando, aos 15 anos, já deveriam estar no ensino médio. Em 321 municípios do país o controle da frequência escolar não atinge ao menos a metade dos adolescentes. Em 66 deles, o acompanhamento é zero. Entre as capitais, por exemplo, o acompanhamento é de 35% em Macapá (AP), 41% no Rio, 58% em Fortaleza, 70% em São Paulo e 94% em Teresina (PI). Uma família extremamente pobre, com renda mensal de até R\$ 70 por pessoa, pode receber até R\$ 200 por mês do Bolsa Família, sendo R\$ 68 de benefício básico, R\$ 22 por criança até 15 anos (limite de três) e R\$ 33 por adolescente de 16 e 17 anos (limite de dois). Famílias com renda entre R\$ 71 e R\$ 140 não têm direito ao benefício básico. O Bolsa Família atende hoje 12 milhões de famílias no país, com orçamento anual de R\$ 12 bilhões.

O relatório do ministério mostra ainda que, desde a criação da modalidade dos adolescentes, o governo não tem conseguido diminuir o percentual da falta de informações. Em julho do ano passado, por exemplo, estava em 21,45%, contra os atuais 23,28%. Esse índice nunca esteve abaixo dos 21% -teve picos de 24% em setembro de 2008 e maio deste ano. Quando lançou essa modalidade, no início do ano passado, o governo justificou a inclusão dos adolescentes como uma forma de mantê-los nas salas de aula ou trazê-los

de volta a elas. Por isso, a exigência em sala de aula para eles foi mais amena: fixada em 75%, contra 85% das crianças de até 15 anos. Na época, o governo estimava em 18% os adolescentes entre 16 e 17 anos fora da escola. No caso dos adolescentes, a exigência do governo está restrita à matrícula e à carga horária nas aulas. Nas demais modalidades do programa, as famílias podem ter o benefício cancelado caso não cumpram o calendário de vacinação das crianças ou se as gestantes deixarem de fazer o pré-natal.

Ministério bloqueia repasses para atualizar dados – Folha de São Paulo – Brasil – 28/09/2009

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, evasão escolar, mudanças de cidade ou de instituição de ensino e problemas no envio de informações das escolas ao sistema do governo federal estão entre os potenciais motivos para o atual índice de adolescentes sem informações sobre frequência escolar. Enquanto não identifica as causas reais, o que será buscado num estudo interno que já foi encomendado, o ministério decidiu bloquear no mês passado 600 mil benefícios variáveis (de crianças e de adolescentes) daqueles que não têm a carga horária escolar acompanhada.

O bloqueio é um sinal de alerta à família beneficiada para que atualize os dados de seus filhos até o final deste ano. Caso não o faça, o benefício será cancelado no ano que vem. A suspensão vale apenas para o valor referente à criança (R\$ 22) e/ou ao adolescente (R\$ 33). O benefício básico de R\$ 68, por exemplo, vai ser repassado normalmente a essas famílias.

No ano passado, quando foram bloqueados 222,6 mil benefícios do Bolsa Família também por falta de informações sobre a carga horária escolar, metade dos beneficiados atualizou os dados e teve os pagamentos liberados pelo governo em seguida. De acordo com a pasta do Desenvolvimento Social, 51,6 mil foram cancelados.

Vilão

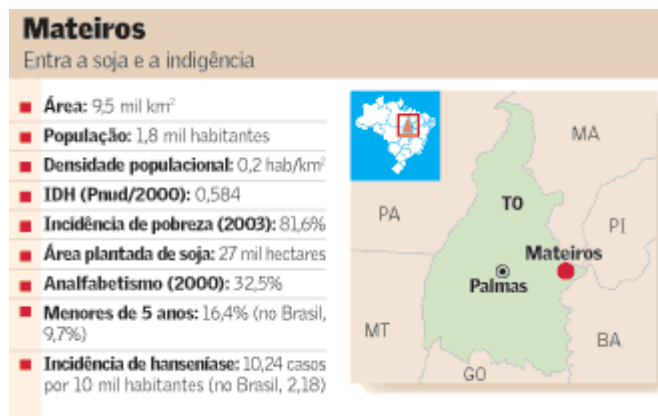
Lúcia Modesto, secretária de Renda de Cidadania do ministério, aponta as ofertas no mercado de trabalho como uma espécie de vilão dos adolescentes. A secretária aponta dois cenários distintos: 1) diante de uma crise econômica e do consequente desemprego, o jovem é empurrado a trabalhar para socorrer a família; 2) com a economia em crescimento, o jovem se sente motivado a deixar a escola e aceitar uma determinada oferta de emprego. Além disso, outro fator de estímulo à evasão escolar está na defasagem entre a idade e a série em curso. Do 1,9 milhão de adolescentes no programa, 70% ainda estão no ensino fundamental.

"Quando você avança na idade escolar, com, por exemplo, um menino de 16 anos ainda na metade do ensino fundamental, isso é um incentivo para ele deixar a escola", afirma a secretária de Renda de Cidadania.

Miséria sobrevive à soja e ao turismo do Jalapão – César Felício – Valor Econômico – Especial – 28/09/2009

O isolamento selou o destino de Mateiros, município tocantinense de 1,7 mil habitantes, encostado na Bahia, a 210 km de terra e areia do asfalto mais próximo. A precariedade da infraestrutura faz com que o polo produtor de soja e o ecoturismo do Jalapão - em que um pacote terrestre, em veículo com tração nas quatro rodas, não sai por menos de R\$ 800 por pessoa - não se intercomunique com a economia local.

Em 2003, ao traçar o "Mapa da Pobreza e da Desigualdade", o IBGE colocou Mateiros como o terceiro município do país com maior índice populacional abaixo da linha da pobreza: nada menos que 81,6% de seus habitantes estão nessa condição. As duas cidades que a superam, Campos Lindos e Muricilândia, também pertencem a Tocantins. Uma das recordistas em miséria, Mateiros é uma síntese, com traços realçados, dos contrastes do interior tocantinense: convivem, não exatamente lado a lado, dadas as grandes distâncias, o extrativismo vegetal e o agronegócio, a cultura negra e o chimarrão, e pairando sobre ambos, a precariedade do poder público.



No imenso município, com 9 mil quilômetros quadrados, comunidades isoladas ainda lutam contra a incidência de hanseníase, como Boa Esperança ou Rapadura. Em Mumbuca, a 30 km do núcleo urbano, remanescentes quilombolas se organizam em torno do artesanato de capim dourado, uma fibra vegetal colhida nas várzeas com que se fazem adornos, caixas, porta-pratos e objetos de decoração. Sua existência mal é percebida em Panambi, a 120 km de terra do antigo quilombo, onde famílias sulistas exploram outro vegetal, a soja, com um faturamento que pode atingir R\$ 3 mil por hectare.

Na comunidade sojicultora, comemora-se na próxima semana a festa de Nossa Senhora da Salete, com quermesse, show de dupla sertaneja e vaquejada. Na Mateiros pobre impera a Assembleia de Deus. O padre católico só aparece uma vez por semana e as pastorais há muito foram desativadas.

Muito longe de qualquer hospital, Mateiros não conta nem sequer com uma ambulância. A única existente foi destruída em um acidente na estrada, há quatro anos. Na comunidade quilombola, um único agente comunitário verifica a saúde dos 200 habitantes do núcleo. Na última pesagem feita por Edvan Ribeiro Gomes em sua casa de

chão batido e telhado de palha, como todas as demais em Mumbuca, constataram-se três crianças em situação de risco de desnutrição, em um conjunto de 14. Já os cerca de 500 habitantes do Panambi contam com um posto de saúde.

Mateiros tornou-se um município em 1993, junto com uma leva de emancipações que fez o então recém-criado Estado do Tocantins saltar de 62 para 139 cidades em apenas quatro anos. A onda de novos municípios fez surgir uma safra de vereadores e prefeitos debutantes na política e com padrões precários de governança. Com apenas 16 anos de história, Mateiros já teve um prefeito afastado do cargo, Antonio Alves, o "Martins", eleito pelo PSDB em 2000.

Dono da fazenda onde está o "fervedouro", fonte de água que é uma das principais atrações turísticas do Jalapão, "Martins" perdeu o mandato por irregularidades nas contas da prefeitura. Em sua gestão, uma obra mal executada com dinheiro federal da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) fez com que a comunidade de Mumbuca permanecesse sem ligações de água e esgoto. Das 35 casas na vila, apenas duas contam com banheiro. "Velhos e crianças com diarreia precisam se arrastar no mato", diz Edvan. "Martins foi condenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por nunca ter prestado contas do convênio da Funasa. Está sendo processado pelo Ministério Público Federal por não ter prestado contas também dos convênios de merenda escolar e transporte com o Ministério da Educação. Procurado na semana passada, "Martins" não foi localizado.

O atual prefeito, Josimar Ferreira, do PDT, desfilava pelas ruas da cidade na sexta-feira à bordo de um ônibus escolar doado pelo novo governador, Carlos Henrique Amorim, o "Gaguim". A entrega de ônibus escolares a vários municípios deu margem à primeira denúncia de ordem administrativa contra o novo governador. "Gaguim" é acusado pela oposição de ter feitos novos pagamentos pelos ônibus, já adquiridos no governo de Marcelo Miranda. A origem de Josimar mostra para onde pende o poder na pequena cidade: paranaense, é ex-gerente de um projeto de sojicultura, vizinho ao polo do Panambi.

Quilombo reage com indiferença à cassação – César Felício – Valor Econômico – Especial – 28/09/2009

Mãe de nove filhos - o mais novo com seis, o mais velho com 32, todos moradores da comunidade de Mumbuca. Floraci Batista de Matos nunca saiu do lugar onde nasceu. Só há pouco tempo soube que tinha direitos a receber por ser bisneta de "Pedrão", o líder de um grupo de escravos fugidos que se estabeleceu no local, no século passado. Até então, a história que a impressionava do antepassado era o fato de ter raptado uma adolescente índia que viria a ser a sua bisavó.

Desde o reconhecimento de Mumbuca como uma das dezesseis comunidades quilombolas de Tocantins, pelo governo federal, Floraci aguarda pela titulação das terras. Medida que tem tudo para demorar: o governo federal privilegia a posse coletiva das áreas quilombolas. Divididos em dois clãs, o dos Batista e o dos Ribeiro, os moradores de Mumbuca preferem a titulação individual e têm dificuldade em se organizar.

A confusão em Palmas, palco da destituição de um governador, na semana retrasada, e da provável eleição indireta de outro, esta semana, não poderia deixá-la mais indiferente. "Ouvi falar nisso. Para mim tanto faz", encerra. Sua única referência política é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "É o único que deu uma chance para nós. Se a gente não aproveitar, a culpa é nossa", afirma.

A pobreza em Mumbuca e a incerteza fundiária não significam violência. O último crime no lugar, passional, aconteceu em 1997. Sem qualquer tradição agrícola, para os quilombolas a existência dos sulistas que sustentam o agronegócio no município é um conceito distante. "Eu nunca vi o pessoal da soja", afirmou a líder política da comunidade de Mumbuca, Aldina Batista dos Santos, vice-prefeita do município na gestão de "Martins" e prima de Floraci.

Hoje funcionária do pequeno centro do atendimento ao turista no núcleo urbano de Mateiros, Aldina vê na regularização quilombola uma perspectiva de continuar atuando politicamente. Evangélica da Assembleia de Deus, ex-tucana, diz que na política não gosta "dos esquerdos". Mas incorporou o discurso de militante social. "Nunca fomos respeitados. Chegou a nossa vez", afirmou.

É raro em Mumbuca que os homens se sobressaiam: como em outros grupos quilombolas, há características matriarcais. O artesanato do capim dourado, uma gramínea colhida no mato, única fonte de renda local, teve como principal impulsionadora Laurina Ribeiro da Silva, uma filha de "Pedrão". A filha, Guilhermina Ribeiro, ou dona Miúda, com 81 anos, é hoje a principal referência na atividade. A neta, Noemi, começa a ver o fim do ciclo. "Tem vindo muito malandro cortar o capim fora de hora para vender em Palmas. A gente só sabe quando vê o fogo no mato", disse. O quilo do capim dourado é vendido a R\$ 40 na capital de Tocantins. Em Mumbuca, as peças de artesanato chegam a ser vendidas a R\$ 300.

Ninguém fala quanto consegue tirar por mês. Mas dona Miúda mora em uma das duas únicas casas com banheiro. No centro do povoado, formada por casas de paredes de adobe, teto de palha e chão batido, as duas únicas construções de alvenaria é a escola estadual, instalada no governo Marcelo Miranda e o templo da Assembleia de Deus. A vocação turística do Jalapão aumentou a atenção pública para Mateiros, mas os efeitos do ecoturismo são ambivalentes.

No ano passado, o governo estadual interditou diversas áreas do município por vários meses para a gravação de um reality show americano, o "Survivor". A venda de artesanato desceu quase a zero. "Fiquei como camareira daquele povo louco, que não entendia nada que eu falava, e nem eu entendia nada deles", conta Neide Ribeiro, que largou a vida de empregada doméstica em Palmas para voltar a Mumbuca. "Achei melhor ficar por minha conta aqui, do que viver na casa dos outros lá", justifica. Neide garantiu sua renda no momento em que os turistas deixaram de chegar, mas é taxativa sobre a ofensiva de marketing feita pelo ex-governador tocantinense. "Foi horrível o que eles fizeram. Ainda bem que tudo isso acabou. (CF)